

ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS DA SECA 2012

7º RELATÓRIO

19 DE JUNHO DE 2012



GOVERNO DE
PORTUGAL

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA,
DO MAR, DO AMBIENTE
E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

Nota Introdutória	4
Súmula do Relatório	5
1. AVALIAÇÃO METEOROLÓGICA.....	8
1.1 Precipitação em 31 de Maio e no Ano Hidrológico 2011-2012	8
1.2 Situação Atual de Seca Meteorológica.....	9
1.3 Comparação entre as secas de 2005 e de 2012	11
1.4 Teor de Água no Solo	12
1.5 Cenários de evolução da seca para junho 2012	13
2. AVALIAÇÃO HIDROLÓGICA	15
2.1 Disponibilidades Hidrológicas	15
2.2 Produção de Energia Elétrica	19
3. IMPACTO NA AGRICULTURA – Avaliação Regional.....	22
3.1 Região Norte	22
3.1.1 Prados, Pastagens e Culturas Forrageiras.....	22
3.1.2 Cereais de Outono/Inverno	22
3.1.3 Culturas de Primavera/Verão	23
3.1.4 Culturas Permanentes.....	23
3.1.5 Culturas Hortícolas.....	24
3.1.6 Recursos Hídricos.....	25
3.2 Região Centro.....	25
3.2.1 Prados, Pastagens e Culturas Forrageiras.....	25
3.2.2 Cereais de Outono/Inverno	25
3.2.3 Culturas Permanentes.....	26
3.2.4 Hortícolas	26
3.2.5 Consumo e Preços de Fatores de Produção	27
3.3 Lisboa e Vale do Tejo	27
3.3.1 Prados, Pastagens e Culturas Forrageiras.....	27
3.3.2 Cereais de Outono/Inverno	28
3.3.3 Sementeiras de Primavera.....	28
3.3.4 Hortícolas	28
3.3.5 Culturas Permanentes.....	28
3.4 Alentejo.....	29
3.4.1 Prados, Pastagens e Culturas Forrageiras.....	29

3.4.2 Cereais de Outono/Inverno	30
3.4.3 Sementeiras de Primavera	30
3.4.4 Hortícolas	30
3.4.5 Culturas Permanentes.....	31
3.4.6 Disponibilidade de Água - regadios privados e abeberamento	31
3.5 Algarve	32
3.5.1 Prados, Pastagens e Culturas Forrageiras.....	32
3.5.2 Cereais de Outono/Inverno	32
3.5.3 Culturas de Primavera/Verão	33
3.5.4 Culturas Permanentes.....	34
3.5.5 Consumo e Preços de Fatores de Produção	35
3.5.6 Recursos Hídricos.....	35
5. ABASTECIMENTOS DE POPULAÇÕES POR AUTOTANQUE	36
5.1 Número de abastecimentos alternativos de água para consumo humano	36
5.2 Distribuição espacial dos abastecimentos alternativos de água para consumo humano	37
6. INCÊNDIOS FLORESTAIS.....	38
7. MEDIDAS PARA ATENUAR OS EFEITOS DA SECA.....	43
7.1 Apresentação	43
7.2 Divulgação	43
ANEXOS.....	45
Variação da Área Semeada.....	46
Variação da Produtividade	47
Medidas de Derrogação Administrativa	48
Medidas Comunitárias de Antecipação do Pagamento e Outras	52
Medidas de Caráter Nacional.....	55
Edital.....	59

Nota Introdutória

O presente relatório, o sétimo produzido desde o início do ano no âmbito do acompanhamento das condições e efeitos da seca 2012, referenciado a 31 de maio inclui informação relativa a: evolução da situação meteorológica e hidrológica, efeitos da seca na agricultura e na pecuária, produção de energia, abastecimentos alternativos de água para consumo e incêndios florestais.

Neste relatório procede-se à consolidação dos resultados das culturas de outono/inverno, continua-se o acompanhamento das culturas temporárias de primavera/verão e reforça-se a descrição do estado das culturas permanentes.

O acompanhamento que vinha a ser efetuado, que se focalizava na quase ausência de precipitação, foi alterado, uma vez que o período do ano em que esta mais se concentra está ultrapassado. A monitorização passou a ter uma perspetiva mais alargada, consistindo na observação relativa aos efeitos do período de seca e verificação da evolução geral dos vários domínios contemplados na Resolução de Conselho de Ministros nº 37/2012.

Súmula do Relatório

- Em maio a precipitação média ocorrida no território do Continente foi de 73.2 mm, ligeiramente superior ao valor médio normal (1971-2000), assimetricamente distribuída, tendo sido na região Norte que se registaram os maiores valores de precipitação;
- No ano hidrológico 2011/12, de janeiro a março praticamente não choveu, mas desde abril que as condições pluviométricas passaram a ser normais, o que proporcionou uma recuperação em todos os domínios que têm sido monitorizados (estado vegetativo das culturas, disponibilidades hídricas, produção de energia hídrica, incêndios florestais,...). Como nos meses de maior pluviosidade a precipitação foi muito baixa (quase nula em fevereiro), o seu valor acumulado em 31 de maio era muito inferior ao normal, cerca de 61% deste;
- No final de maio apenas três bolsas de território no interior do País - Nordeste, Centro e Sudeste - apresentam um volume acumulado de precipitação desde outubro igual ou inferior a 50% da média;
- O facto de, nesta data, 6% do território se encontrar em seca fraca, 19% em seca moderada, 30% em seca severa e 44% em seca extrema traduz o resultado do período de seca verificado de dezembro a março, que até final do ano hidrológico será impossível recuperar; em fevereiro e março 100% do território esteve em seca severa ou extrema;
- Verificou-se uma diminuição da percentagem de água no solo em quase todo o país, registando-se valores que variam entre 50% e 70% nas regiões a norte do sistema montanhoso Montejunto-Estrela. No restante território é de destacar grande parte da região do sul com valores inferiores a 30% e mesmo inferiores a 20% na maior parte do Algarve;
- No final de maio as bacias a Sul do Douro encontram-se em condições médias e as bacias a Norte tiveram recuperações acentuadas; A bacia do Arade continua com níveis de armazenamento inferiores a 20%;
- Tiveram início generalizadamente as campanhas de rega de 2012, observando-se o abaixamento natural e proporcional do nível de armazenamento das

barragens hidroagrícolas monitorizadas pela DGADR; A campanha decorre na normalidade, excetuando-se Odivelas, Silves e Lucefecit;

- Relativamente ao mês anterior, em maio de 2012 verificou-se um aumento da produção hídrica de 67%, uma pequena diminuição das importações de energia e uma estabilização das exportações;
- Comparando o registo de 2012 face ao de 2011 para o período de janeiro a maio, a produção hídrica foi de -68% e a líquida de -18%; o saldo importador foi de 3 904 GWh e de 362GWh, respetivamente;
- Prados, pastagens permanentes e culturas forrageiras: o seu desenvolvimento vegetativo melhorou consideravelmente, proporcionando a diminuição da aquisição de rações e de alimentos grosseiros fora das explorações; as quebras de produção no ano agrícola continuam, no entanto, significativas; no Algarve as condições foram menos favoráveis a estas culturas;
- Cereais de outono/inverno: registou-se uma melhoria no estado vegetativo das culturas, com alguma irregularidade, continuando a prever-se quebras de produção significativas; algumas searas ficaram perdidas irreversivelmente e verificaram-se situações do seu aproveitamento por pastoreio direto;
- Em termos gerais, podemos afirmar que as sementeiras das culturas de primavera/verão se efetuaram em condições normais, por vezes com um certo atraso e com algumas quebras de área, como é o caso do milho de regadio;
- Nas culturas hortícolas a situação foi semelhante, com oscilações, não relevantes, de área e dificuldade de germinação em algumas culturas e regiões; O tomate para indústria regista uma certa diminuição de área em relação ao ano anterior devido à falta de água para rega;
- As culturas permanentes, que verificavam um certo atraso fenológico, registaram alguma recuperação, começando a encontrar-se numa situação normal; É de salientar quebras de produção nas variedades precoces de cerejeira, afetadas pela chuva, e de pomares de pomóideas, que, devido à chuva e às baixas temperaturas de abril, não tiveram um vingamento normal dos frutos (caso da maçã Bravo de Esmolfe na Região Centro);

- No Algarve, nos pomares de citrinos a dotação de água para rega continua num nível elevado, o calibre dos frutos das variedades tardias é pequeno e os pomares afetados pelas geadas tiveram quebras de produção;
- Os abastecimentos alternativos de água para consumo humano permaneceram com um comportamento regular face ao observado em outros anos;
- O índice meteorológico de risco de incêndio (FWI), que em abril tinha registado um desagravamento significativo face aos dois meses precedentes, em Maio apenas a meio do mês voltou a atingir valores com capacidade para ocorrerem fogos de copas.

1. AVALIAÇÃO METEOROLÓGICA

1.1 Precipitação em 31 de Maio e no Ano Hidrológico 2011-2012

O valor médio da quantidade de precipitação ocorrida no território do Continente até 31 de maio (73.2 mm) é ligeiramente superior ao valor médio 1971-2000 (71.2mm) para o mês de maio, tendo sido na região Norte que se registaram os maiores valores de precipitação (ver tabela seguinte).

Valores médios da Precipitação mensal em 31 maio 2012

	Precipitação em 31 maio (mm)	Precipitação Normal do mês de maio 1971-2000 (mm)
Norte	105.6	90.9
Centro	80.6	66.2
Sul	33.1	42.0

Fonte IM, I.P

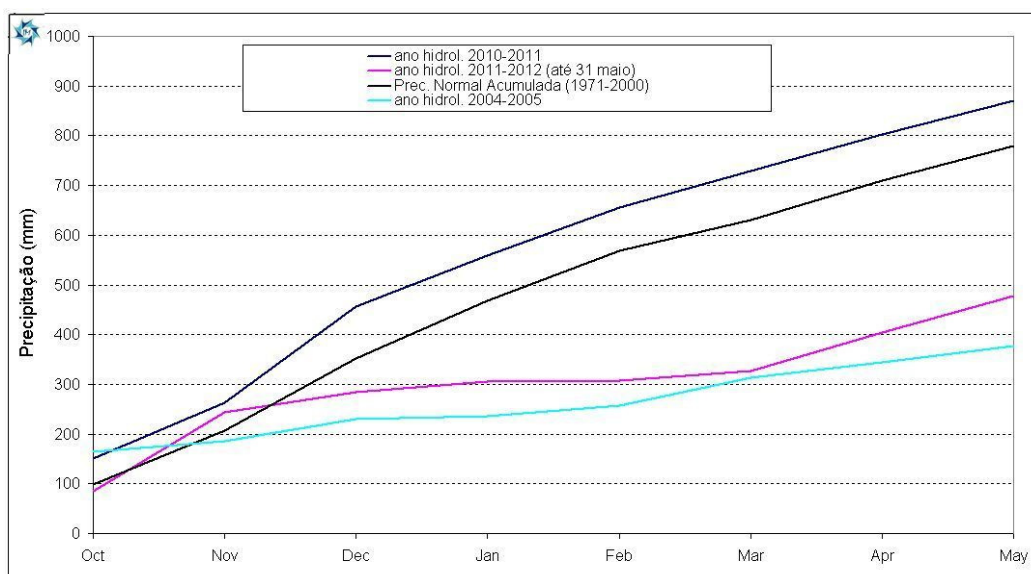
Na tabela e figura seguintes, apresentam-se os valores da precipitação mensal (outubro a maio) nos anos hidrológicos 2004/05 (ano de seca), 2010/11, 2011/12 e normal 1971-2000, onde se verifica que o total acumulado em 2011/12 continua inferior ao valor normal, mas superior ao de 2004/05.

Precipitação mensal nos anos hidrológicos 2004-2005, 2011-2012 e valor médio 1971-2000

	Precipitação mensal no ano hidrológico (mm)								
Ano Hidrológico	Out.	Nov.	Dez.	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Total
2004-2005	164.4	21.0	44.2	7.2	19.7	56.4	32.1	32.1	377.1
2010-2011	151.3	111.3	194.5	102.6	96.9	71.8	74.8	67.2	870.4
2011-2012	84.8	158.3	41.2	20.4	2.2	20.8	76.6	73.2	477.5
Normal 1971-2000	98.2	109.4	144.0	117.3	100.1	61.2	78.9	71.2	780.3

Fonte IM, I.P

- **Precipitação acumulada nos anos hidrológicos 2004-2005, 2010-2011 e 2011-2012 (outubro a maio) e média da quantidade de precipitação mensal acumulada (1971-2000)**

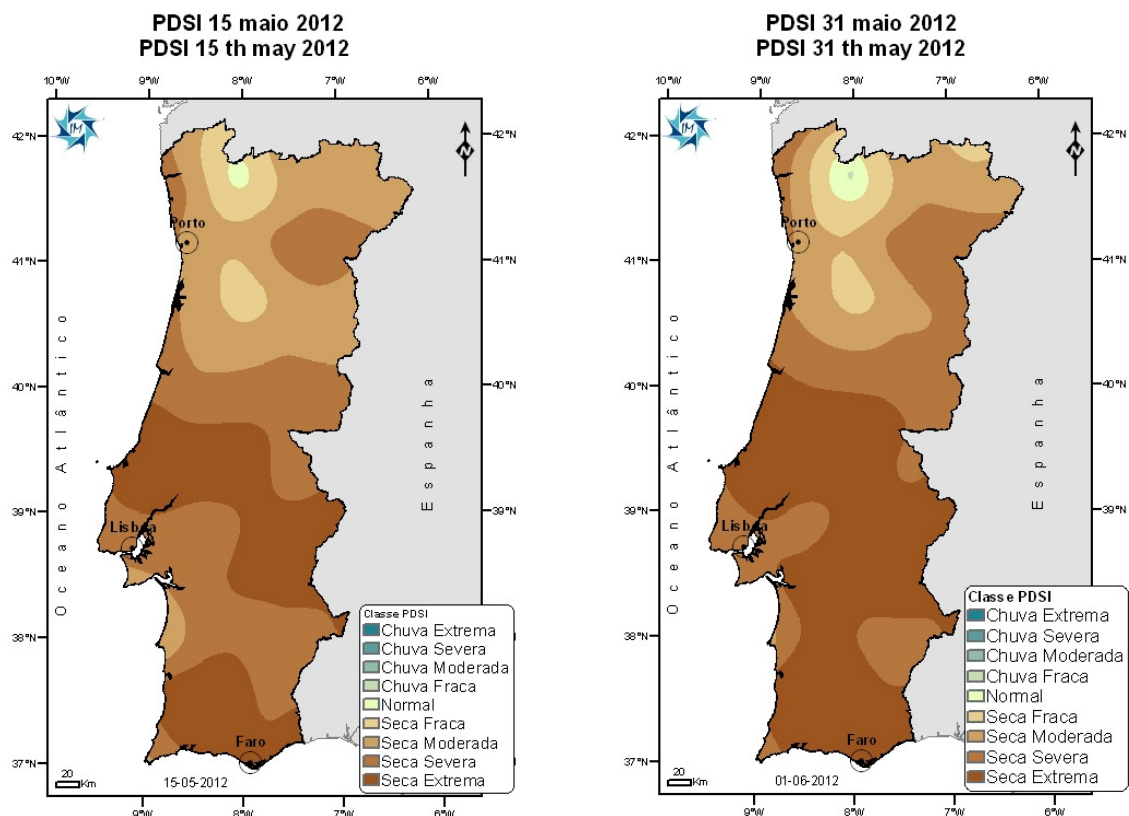


Fonte IM, I.P

1.2 Situação Atual de Seca Meteorológica

A situação de seca meteorológica a 31 de maio de 2012 mantém-se em quase todo o território de Portugal Continental, verificando-se, em relação a 15 de maio, um agravamento na região Sul, devido ao aumento da área na classe de seca extrema (ver tabela e figura seguintes).

Evolução da distribuição espacial do índice de seca meteorológica entre 15 e 31 de maio de 2012.



Fonte IM, I.P

Percentagem do território em seca de acordo com o índice PDSI

Classes PDSI	% de território afetado	
	15 maio 2012	31 maio 2012
Chuva moderada	0	0
Chuva fraca	0	0
Normal	1	1
Fraca	6	6
Moderada	27	19
Severa	38	30
Extrema	28	44
Total (seca severa + extrema)	66	74

Fonte IM, I.P

1.3 Comparação entre as secas de 2005 e de 2012

Nos últimos 10 anos a situação de seca mais grave que ocorreu foi no período de novembro 2004 a fevereiro de 2006. Na tabela seguinte apresentam-se as percentagens de território afetado pela situação de seca meteorológica entre 31 de janeiro e 31 maio para 2011/12 e 2004/05, verificando-se em 31 de maio de 2012 que as percentagens nas classes do índice PDSI não são muito diferentes das que se registavam em 31 de maio 2005.

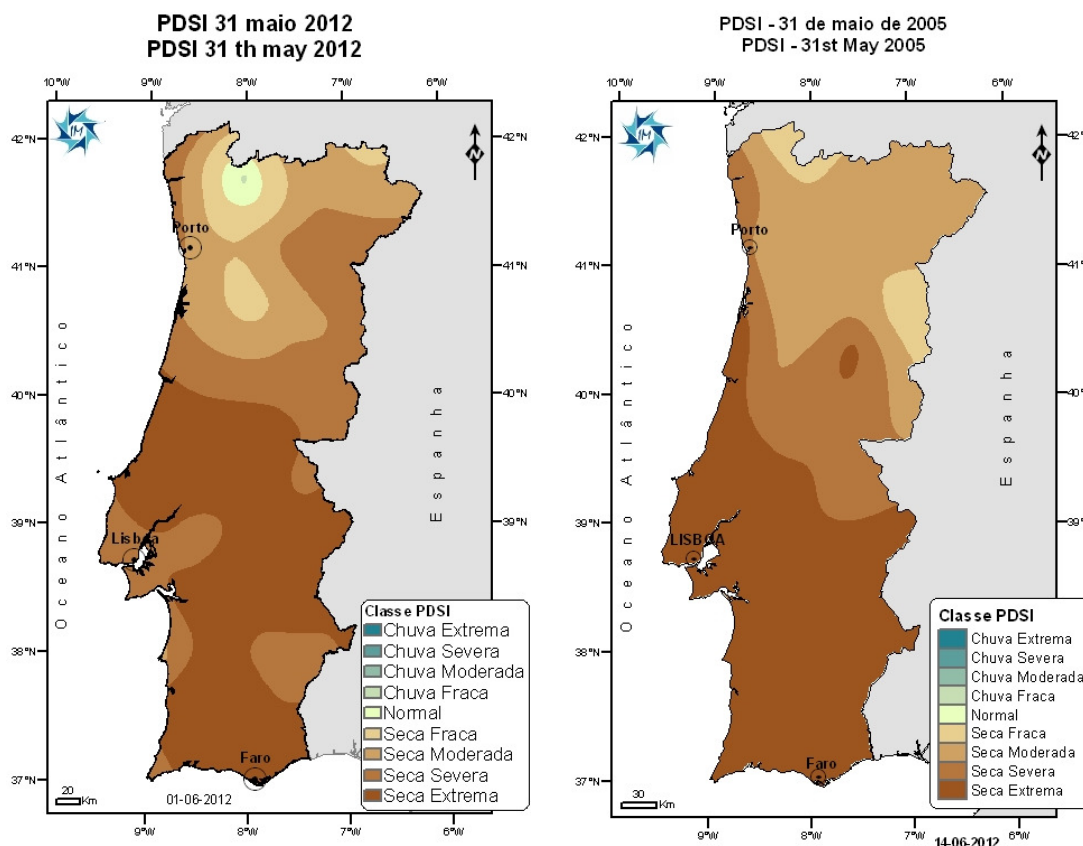
Percentagem de território afetado pela seca meteorológica

Classes PDSI	% de território afetado											
	31 jan 2012	31 jan 2005	29 fev 2012	28 fev 2005	31 mar 2012	31 mar 2005	30 abr 2012	30 abr 2005	15 mai 2012	15 mai 2005	31 mai 2012	31 mai 2005
Chuva severa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Chuva moderada	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Chuva fraca	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Normal	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0
Fraca	13	0	0	0	0	26	2	15	6	5	6	4
Moderada	76	25	0	23	2	22	39	22	27	23	19	28
Severa	11	53	68	44	41	28	59	20	38	28	30	20
Extrema	0	22	32	33	57	24	0	43	28	44	44	48
Total (seca severa + extrema)	11	75	100	77	100	88	99	80	66	72	74	68

Fonte IM, I.P

Na Figura seguinte apresenta-se a distribuição espacial do índice de seca em 31 de maio de 2012 e de 2005.

Distribuição espacial do índice de seca meteorológica PDSI em 31 de maio de 2012 e de 2005

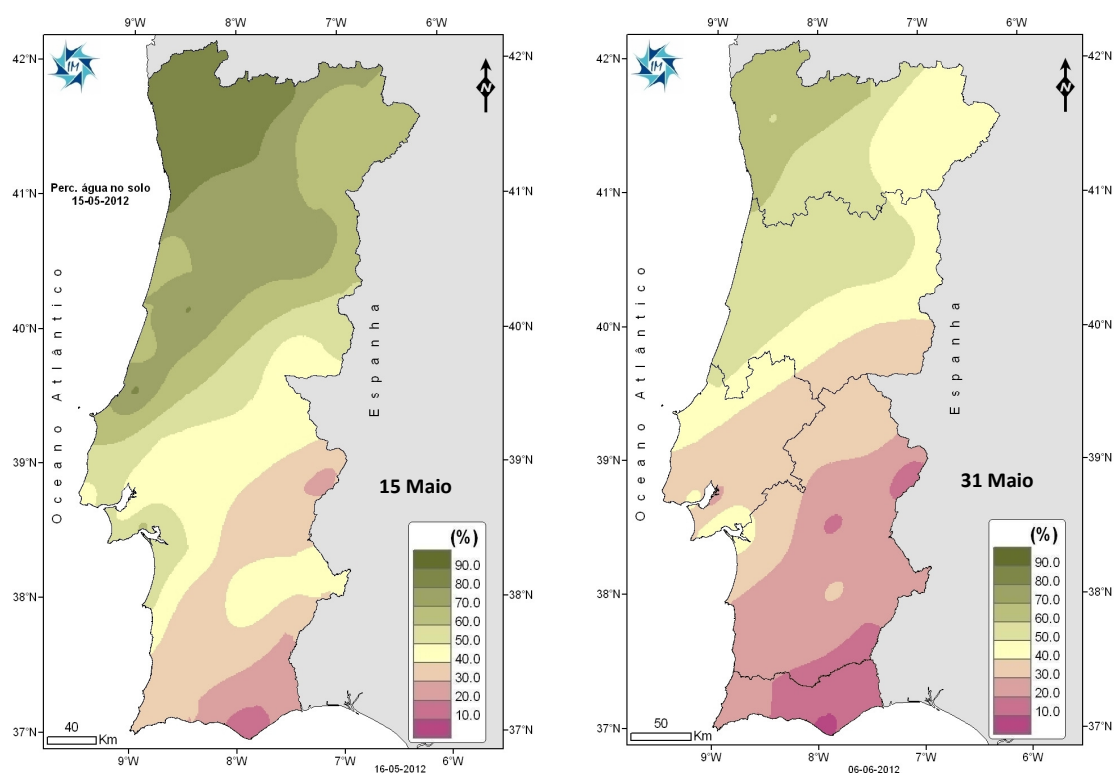


Fonte IM, I.P

1.4 Teor de Água no Solo

A figura seguinte (lado direito) apresenta os valores em percentagem de água no solo, em relação à capacidade de água utilizável pelas plantas em 31 de maio de 2012, onde se verifica, em relação a 15 de maio (lado esquerdo da figura), uma diminuição da percentagem de água no solo em quase todo o país, registando-se valores que variam entre 50% e 70% nas regiões a norte do sistema montanhoso Montejunto-Estrela. No restante território é de destacar grande parte da região do sul com valores inferiores a 30% e mesmo inferiores a 20% na maior parte do Algarve.

Figura 4 - Percentagem de água no solo em 15 e em 31 de maio de 2012



Fonte IM, I.P

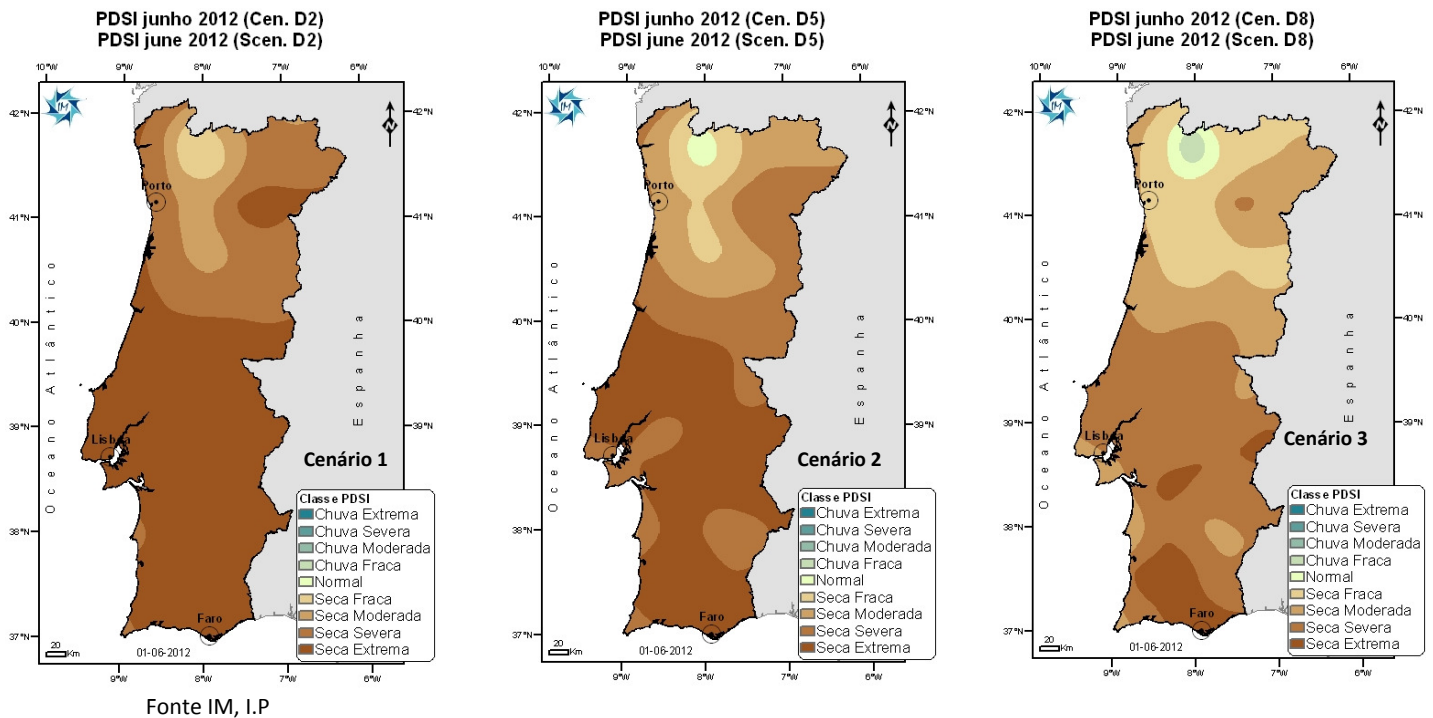
1.5 Cenários de evolução da seca para junho 2012

A evolução da situação de seca para o final do mês seguinte (junho), tendo em conta a situação no final de maio de 2012, baseia-se na estimativa do índice PDSI, para 3 cenários diferentes de ocorrência da quantidade de precipitação (ver figura seguinte).

Se os valores da quantidade de precipitação forem muito inferiores ao normal (Cenário 1), espera-se um aumento da intensidade da seca meteorológica em todo o território: 68% em seca extrema, 24% em seca severa, 7% em seca moderada e 1% em seca fraca.

Se a quantidade de precipitação for próxima do normal (cenário 2), espera-se uma situação idêntica a 31 de maio 2012, ficando: 48% em seca extrema, 31% em seca severa, 16% em seca moderada, 4% em seca fraca e 1% em situação normal.

Distribuição espacial do índice de seca meteorológica em 30 de junho 2012, para 3 cenários diferentes de ocorrência da quantidade de precipitação



Se a quantidade de precipitação for muito superior ao normal (cenário 3), espera-se uma diminuição da intensidade da situação de seca, em particular na região Norte, terminando mesmo em alguns locais dessa região: 7% em seca extrema, 46% em seca severa, 28% em seca moderada, 17% em seca fraca, 1% em situação normal e 1% em chuva fraca.

Tendo em conta a previsão mensal do Centro Europeu de Previsão do Tempo a Médio Prazo (ECMWF), que prevê valores acima do normal, para o litoral norte na semana de 11/06 a 17/06 e para o litoral sul na semana de 25/06 a 01/07 (na semana de 18/06 a 24/06 não é possível identificar a existência de sinal estatisticamente significativo), será mais provável um desagravamento da situação de seca meteorológica em Portugal Continental.

2. AVALIAÇÃO HIDROLÓGICA

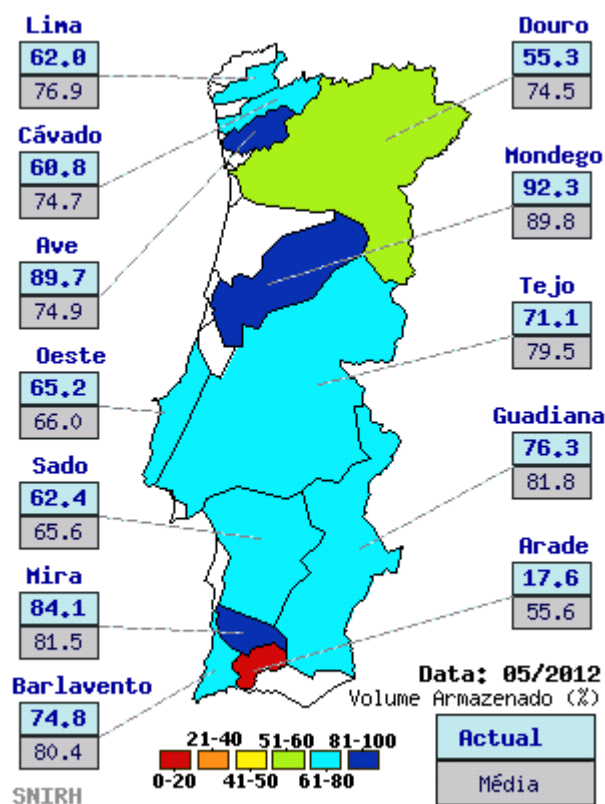
2.1 Disponibilidades Hidrológicas

O mês de maio teve uma pluviosidade média em torno dos 70 mm, ainda que assimetricamente distribuída: no litoral, entre Grândola e Porto, a precipitação foi superior à média, enquanto no interior e Algarve a precipitação foi abaixo da média.

No final de maio apenas três bolsas de território no interior do País (NE, Centro e SE) apresentam um volume acumulado de precipitação desde outubro igual ou inferior a 50% da média.

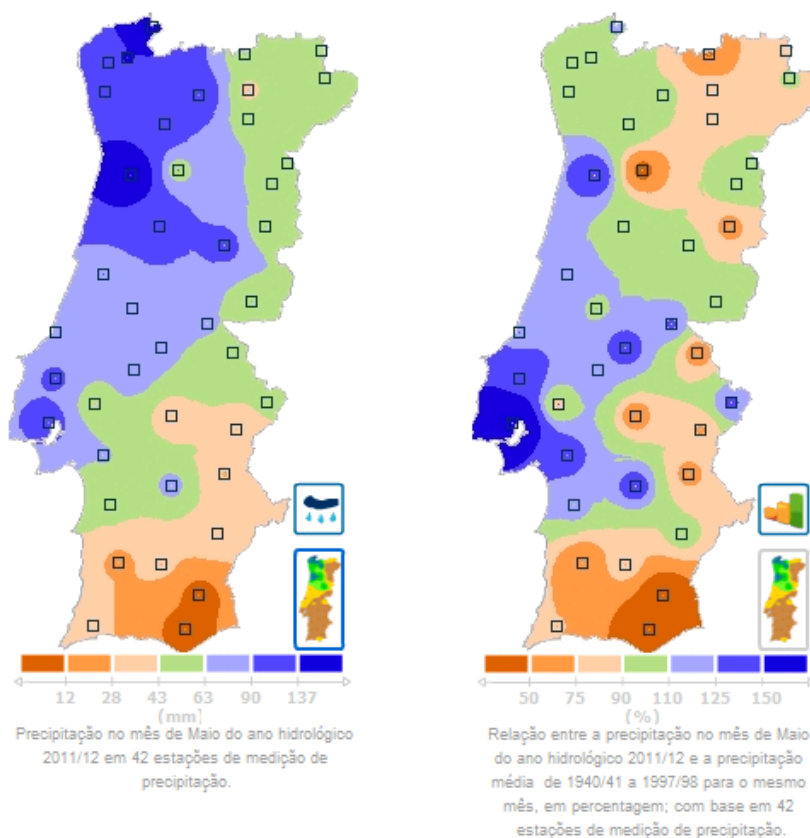
A maior precipitação ocorrida desde abril a Norte do Tejo fez com que as principais albufeiras desse universo geográfico tivessem afluências entre 30 e 40 hm³, com exceção das cabeceiras do rio Zêzere (na serra da Estrela) onde as afluências foram de 100 hm³.

Situação das Albufeiras em Maio de 2012



Assim, no final de maio as bacias a Sul do Douro encontram-se em condições médias, e as bacias a Norte tiveram recuperações acentuadas, estando agora em condições de armazenamento cerca de 15 a 20% inferiores à média.

A bacia do Arade continua com níveis de armazenamento inferiores a 20% mas a nova barragem de Odelouca já tem 106 hm³ de armazenamento, não contabilizados na percentagem padrão da bacia.



Fonte: INAG

Foram iniciadas generalizadamente as campanhas de rega de 2012, observando-se o abaixamento natural e proporcional do nível de armazenamento das barragens hidroagrícolas monitorizadas pela DGADR.

A campanha decorre na normalidade, excetuando-se Odivelas, Silves e Lucefecit.

Odivelas

É a situação mais grave na bacia do Sado. Mantém-se a necessidade de transferência de caudais da albufeira do Alvito para a de Odivelas. Estando Alvito com cerca de 75 % do armazenamento não deveria haver qualquer constrangimento a uma campanha de rega normal neste aproveitamento. Deverá ter lugar durante a próxima semana uma reunião entre a ABORO e a APA/ARH para acerto da transferência, considerando-se o problema em resolução.

Silves

Agravaram-se as condições para uma campanha de rega normal neste aproveitamento, porquanto previa-se uma necessidade de transferência de 8 hm³ a partir da Albufeira do Funcho, que, por sua vez, viu as disponibilidades hídricas drasticamente reduzidas e insuficientes para assegurar o reforço do Arade. No entanto, dadas as disponibilidades da Barragem de Odelouca, efetuar-se-á a transferência das necessidades hídricas para a campanha de rega do Aproveitamento Hidroagrícola de Silves, Lagoa e Portimão a partir deste reservatório, via Funcho, para Arade, considerando-se assim o problema em vias de resolução.

Lucefecit

A situação de escassez do recurso não permite uma campanha de rega normal, continuando em implementação o Plano de Rateio.

Reservas hídricas nas albufeiras dos aproveitamentos hidroagrícolas

(Atualização 2 de junho)

Designação das albufeiras	Cotas Plano de Água nas Albufeiras (m)	Variação das reservas hídricas na quinzena		Armazenamento total				Armazenamento útil	
				02-Jun-12		em igual período do ano passado		02-Jun-12	
		x 10 ³ m ³	% do valor NPA	Volumes x 10 ³ m ³	% do valor NPA	Volumes x 10 ³ m ³	% do valor NPA	Volumes x 10 ³ m ³	% do valor CU Total
BACIA HID.DO DOURO:									
Azibo (*)	598.1	-361 📉	-0.9%	40 138	73.7	46 428	85.2	32 338	69.3 📉
Sabugal	785.33	-1 920 📉	-2.2%	87 320	76.4	113 160	99.0	51 320	65.5 📉
BACIA HID.DO VOUGA:									
Burgães V.de Cambra	108	0 📊	0.0%	408	100.0	408	100.0	330	100.0 📈
BACIA HID.DO TEJO:									
Divor	259.6	-381 📉	-4.7%	8 143	68.4	11 845	99.5	8 133	68.4 📉
Idanha	252.81	-2 902 📉	-4.7%	61 698	79.0	75 185	96.3	60 898	78.8 📊
Magos	16.31	-216 📉	-7.0%	3 088	91.3	3 384	100.0	2 704	90.1 📈
Maranhão	125.15	-4 527 📉	-3.5%	130 584	63.6	203 412	99.0	106 084	58.6 📉
Meimoa (*)	565.07	1 829 📈	5.9%	31 104	79.8		0.0	19 104	70.8 📊
Minutos	264.71	0 📊	0.0%	52 100	100.0	52 820	101.4	50 000	100.0 📈
Montargil	77.88	-10 282 📉	-7.8%	132 353	80.5	158 551	96.5	110 753	77.6 📊
BACIA HID. DE ARNÓIA:									
Óbidos	27.36	-30 📉	-1.4%	2 110	31.0	2 150	31.6	810	14.7 📉
BACIA HID.DO SADO:									
Alvito (*) (**)	194.8	(1)	(1)	100 361	75.7		0.0	97 861	75.3
Campilhas	103.12	-1 971 📉	-15.7%	12 518	46.1	26 258	96.7	11 518	44.0 📉
Fonte Serne	76.16	-172 📉	-5.6%	3 070	59.6	5 029	97.7	1 570	43.0 📉
Miguéis	155.34	-33 📉	-4.4%	754	80.4	942	100.4	640	77.7 📊
Monte Gato	178.84	-16 📉	-3.1%	511	78.3	649	99.4	455	76.2 📊
Monte da Rocha	134.14	-3 334 📉	-4.5%	73 997	72.0	102 096	99.4	68 997	70.6 📊
Odivelas	93.49	-3 077 📉	-9.0%	34 237	35.7	70 498	73.4	8 237	11.8 📉
Pego do Altar	46.05	-5 864 📉	-11.9%	49 280	52.4	89 920	95.7	49 280	52.4 📉
Roxo	133.57	-2 640 📉	-4.0%	66 797	69.4	95 523	99.2	59 997	67.0 📉
Vale do Gaio	36.46	-1 845 📉	-4.4%	42 320	67.2	62 280	98.9	42 320	67.2 📉
BACIA HID.DO MIRA:									
Corte Brique	134.39	-13 📊	-0.8%	1 594	97.5	1 637	100.1	1 419	97.2 📈
Santa Clara	125.83	-5 972 📉	-1.5%	407 280	84.0	479 038	98.8	162 580	67.7 📉
BACIA HID.DO GUADIANA:									
Abrilongo	248	-610 📉	-5.9%	10 370	52.1	18 370	92.3	9 370	49.6 📉
Beliche (*)	45.79	-1 137 📉	-3.7%	31 121	64.8	46 116	96.1	30 721	64.5 📉
Caia	228.24	-6 256 📉	-5.3%	119 034	58.6	183 016	90.2	108 334	56.3 📉
Lucefecit	177.54	-546 📉	-13.5%	4 057	39.7	10 225	100.0	2 829	31.4 📉
Odeleite (*)	45.8	-2 958 📉	-3.1%	94 340	72.6	129 320	99.5	81 340	69.5 📉
Vigia	220.21	-710 📉	-8.2%	8 627	51.6	16 826	100.6	7 428	47.8 📉
BACIA HID.DE ODEAXERE:									
Bravura(Alvor)	80.65	-950 📉	-3.7%	25 969	74.6	33 534	96.3	23 404	72.5 📊
BACIA HID.DE ARADE:									
Arade(Silves)	42.32	-1 228 📉	-22.2%	5 544	19.5	17 912	63.1	3 899	14.6 📉
Funcho (*)	76.65	-1 249 📉	-16.2%	7715	16.2	37656	78.9	2 745	6.4 📉

Fonte: DGADR

Obs:

(*) - Albufeiras de obras cuja gestão está a cargo do Instituto da Água

(**) - Sem dados actualizados

(1) - Não disponível - sem dados da última quinzena

NPA- Nível de Pleno Armazenamento

🔴 Menor ou igual a 70% CU

🟡 De 70 a 90% CU

🟢 Maior ou igual a 90% CU

Variação do nível de água das albufeiras que beneficiam os aproveitamentos hidroagrícolas: últimas 2 semanas

Região Norte

Albufeira	Volume (10 ³ m ³)	Cota (m)	NPA (%)	Cap. Utiliz. (%)
Burgães	0	0	0	0
Azibo	-392	-0,12	-0,72	-0,84

Região Centro

Albufeira	Volume (10 ³ m ³)	Cota (m)	NPA (%)	Cap. Utiliz. (%)
Meimoa	1829	1,07	4,69	6,78
Sabugal	-3920	-0,7	-3,43	-5,00
Idanha (Marechal Carmona)	-2618	-0,45	-3,36	-3,39

Região de Lisboa e Vale do Tejo

Albufeira	Volume (10 ³ m ³)	Cota (m)	NPA (%)	Cap. Utiliz. (%)
Montargil	-6716	-0,48	-4,08	-4,70
Maranhão	-5332	-0,42	-2,59	-2,95
Magos	-219	-0,26	-6,47	-7,30

Região do Alentejo

Albufeira	Volume (10 ³ m ³)	Cota (m)	NPA (%)	Cap. Utiliz. (%)
Caia	-5304	-0,39	-2,61	-2,76
Campilhas	-1182	-0,53	-4,36	-4,52
Monte da Rocha	-2593	-0,31	-2,52	-2,66
Fonte Serne	-127	-0,17	-2,46	-3,48
Monte Gato	-14	-0,09	-2,15	-2,35
Migueis	-25	-0,09	-2,67	-3,04
Corte Brique	-18	-0,1	-1,10	-1,23
Divor	-254	-0,14	-2,14	-2,14
Luçefécit	-229	-0,28	-2,24	-2,55
Minutos	0	0	0,00	0,00
Santa Clara de Sabóia	-4587	-0,27	-0,95	-1,91
Odivelas	-3563	-0,88	-3,71	-5,09
Roxo	-2535	-0,24	-2,63	-2,83
Pego do Altar	-3964	-0,74	-4,22	-4,22
Vale de Gaio	-1980	-0,44	-3,14	-3,14
Vigia	-604	-0,4	-3,61	-3,89
Abrilongo	-810	-0,4	-4,07	-4,28
Alvito	-1364	-0,12	-1,03	-1,05

Região do Algarve

Albufeira	Volume (10 ³ m ³)	Cota (m)	NPA (%)	Cap. Utiliz. (%)
Bravura	-712	-0,3	-2,04	-2,21
Arade	-1132	-1,6	-3,98	-4,23
Beliche	-891	-0,39	-1,86	-1,87
Odeleite	-2146	-0,37	-1,66	-1,83
Funcho	-313	-0,34	-0,66	-0,73

Fonte: DGADR

2.2 Produção de Energia Elétrica

Verificou-se um aumento da produção hídrica em maio de 2012, relativamente ao mês anterior, de + 67%.

Pela análise do quadro seguinte, verifica-se que a situação de seca que tem atingido Portugal Continental conduziu, em maio de 2012, a uma quebra da produção hídrica para 720 GWh, quando comparada com os 984 GWh do período homólogo de 2011. Este valor fica, no entanto, acima da produção de abril e de março deste ano, que tinha sido de 431 GWh e 424 GWh, respetivamente.

Produção de energia elétrica no Continente

GWh

	abril			maio		
	2011	2012	%	2011	2012	%
Produção Líquida	3.439	3.160	-8,1	4.182	3.304	-21,0
Hídrica	1.218	431	-64,6	984	720	-26,8
Térmica	1.497	1.616	7,9	2.708	1.776	-34,4
Eólica	702	1.092	55,6	464	777	67,5
Fotovoltaica	22	21	-4,5	26	31	19,2
SALDO IMPORTADOR	502	801		-45	747	
Importação (Comercial)	542	819	51,1	220	767	248,6
Exportação (Comercial)	40	18	-55,0	265	20	-92,5
BOMBAGEM HIDROELÉCTRICA	54	133	146,3	41	88	114,6
DISPONÍVEL PARA CONSUMO	3.887	3.828	-1,5	4.096	3.963	-3,2

Índice Produtibilidade Hidroelétrica	1.01	0.38		0.83	0.80	
Armazenamento nas Albufeiras (%)	73	47		69	54	

Fonte: REN - Redes Energéticas Nacionais

* **IPH:** Índice de Produtibilidade Hidroelétrica - Indicador que permite quantificar o desvio do valor total de energia produzida por via hídrica num determinado período, em relação à que se produziria se ocorresse um regime hidrológico médio.

O índice de produtibilidade hidroelétrica foi, em maio de 2012, de 0.80, semelhante ao do período homólogo de 2011, que foi de 0.83.

Regista-se um **aumento do nível de armazenamento das albufeiras do sistema electroprodutor nacional** de 47% em abril de 2012 para 54% em maio do mesmo ano. Este nível de armazenamento situava-se, em maio de 2011, nos 69%.

Em maio registou-se uma pequena diminuição das importações e uma estabilização das exportações de energia, face ao mês anterior. Já em relação ao período homólogo do ano precedente, a importação foi de mais cerca de 250%, para compensar a diminuição da produção térmica (dado que existe uma grande quebra na produção das centrais que consomem gás natural) e hídrica, e a exportação inferior em 93%.

No quadro seguinte, em que estão representados os **meses acumulados**, verifica-se que a produção térmica está, praticamente, igual ao período homólogo de 2011. No entanto, em 2011 havia produção hídrica o que não acontece em 2012, provocando, em consequência, **aumento das importações**.

	GWh		
	Total		
	janeiro-maio 2011	janeiro-maio 2012	%
Produção Líquida	17.300	14.217	-17,8
Hídrica	7.488	2.425	-67,6
Térmica	10.133	10.750	6,1
Eólica	3.770	4.220	11,9
Fotovoltaica	91	126	38,5
SALDO IMPORTADOR	362	3.904	978,5
Importação (Comercial)	1.453	4.007	175,8
Exportação (Comercial)	1.091	103	-90,6
BOMBAGEM HIDROELÉCTRICA	192	511	166,1
DISPONÍVEL PARA CONSUMO	21.652	20.914	-3,4

3. IMPACTO NA AGRICULTURA – Avaliação Regional

A avaliação efetuada pelas Direções Regionais de Agricultura e Pescas (DRAP) no final de maio, foi a que se segue.

3.1 Região Norte

3.1.1 Prados, Pastagens e Culturas Forrageiras

Houve uma melhoria no desenvolvimento vegetativo dos prados, pastagens e culturas forrageiras nos últimos dois meses, à medida que foi ocorrendo precipitação e aumento da temperatura, principalmente nas áreas onde os produtores realizaram adubações de cobertura. No entanto, em muitos casos, ainda não atingiram os parâmetros de um ano normal.

Existe grande expectativa por parte dos produtores, em saberem no concreto quais serão as produções finais de feno, silagens e outros alimentos grosseiros que conseguirão obter no final do presente ano agrícola.

As previsões apontam para quebras de produtividade entre os 20 e os 30% no caso das culturas forrageiras e de 31 a 36% nos prados e pastagens, comparativamente ao ano anterior.

Em muitas explorações continua a ser necessário recorrer aos alimentos grosseiros armazenados ou comprados, como silagens, palhas e fenos. Os preços destes produtos estabilizaram. O recurso às rações industriais diminuiu, mas em algumas zonas ainda se mantêm em níveis superiores a um ano normal.

3.1.2 Cereais de Outono/Inverno

O estado vegetativo da maioria das searas de cereais praganosos para grão apresenta melhorias, verificando-se porém alguma irregularidade no seu desenvolvimento. Assim, pese embora o melhor aspeto vegetativo, resta saber se o grão terá uma formação e desenvolvimento normais.

Existem ainda searas que não recuperaram minimamente, podendo falar-se em perda completa de algumas e o seu desvio para outros fins, que não a produção de grão.

As previsões continuam a apontar para quebras elevadas na produtividade de grão, na ordem dos 31%, comparativamente à média do quinquénio.

3.1.3 Culturas de Primavera/Verão

As sementeiras do milho encontram-se atrasadas, devido às condições climatéricas adversas, que também afetaram não só a germinação, como o desenvolvimento inicial das plantas em algumas zonas. As previsões apontam para uma diminuição da área semeada na ordem dos 14%, relativamente à média do quinquénio.

Assistiu-se a uma melhoria não só das condições de plantação, como também no desenvolvimento vegetativo das áreas já instaladas de batata. O mesmo sucedeu, de uma forma geral, para as restantes culturas de primavera.

O aumento da humidade e as oscilações térmicas, favoreceram as condições para o aparecimento de doenças criptogâmicas, que determinaram alertas das Estações de Aviso da região.

A plantação da batata está concluída na maioria das zonas.

Nesta altura, as estimativas apontam para uma diminuição da área plantada na ordem dos 7%, comparativamente à média do quinquénio.

3.1.4 Culturas Permanentes

A produção das fruteiras estará muito dependente das disponibilidades hídricas futuras.

Os pomares de prunóideas, de uma maneira geral, estão na fase de frutos em crescimento, apresentando desenvolvimento normal para a época, ainda que, com um ligeiro atraso.

No caso das pomóideas, a polinização, a fecundação e o vingamento dos frutos apresentou comportamento irregular, indo desde o bom até ao fraco. No entanto, e de um modo geral, tudo leva a crer que as condições climatéricas ocorridas, sobretudo no

princípio de mês, não terão sido as mais favoráveis, condicionando a fecundação e vingamento dos frutos.

No caso específico da cultura da cereja, a sua produção é muito sensível a condições climáticas adversas, sendo facilmente afetada em termos quantitativos e qualitativos. Em algumas zonas, as condições climáticas ocorridas durante o mês, foram decisivas para o decréscimo na produtividade. A intermitência das chuvas e as diferenças de temperaturas, foram responsáveis pelo fendilhamento e queda dos frutos. No entanto, houve zonas onde a quebra na produção das variedades precoces foi compensada posteriormente pela produção de cereja de outras variedades. As previsões apontam para uma quebra na ordem dos 24% na produtividade, relativamente à média do quinquénio.

A cultura do Kiwi, com expressão na área geográfica de Entre Douro e Minho, apresenta algum atraso e heterogeneidade no seu desenvolvimento.

A vinha encontra-se em diferentes estados fenológicos, tendo vindo a recuperar o atraso no seu desenvolvimento vegetativo. A queda de granizo e as condições propícias ao desenvolvimento de doenças, têm mantido em alerta vários produtores.

Alguns viticultores, que têm candidaturas aprovados ao “Regime de Apoio à Reestruturação e Reconversão de Vinha”, ainda estão a efetuar as plantações, embora com algum atraso. Houve, no entanto, alguns que adiaram a execução dos seus projetos, devido às condições de seca que se fizeram sentir nos três primeiros meses do ano.

O olival encontra-se na fase de floração. De um modo geral, os olivais apresentam um bom estado vegetativo.

3.1.5 Culturas Hortícolas

Nas culturas hortícolas (batata primor, feijão, couves, alface, ...), verificaram-se dificuldades de germinação e de desenvolvimento, que poderão determinar quebras

de produtividade entre 15 a 25% em algumas zonas. Também se verificou uma diminuição da área.

3.1.6 Recursos Hídricos

As reservas hídricas encontram-se em níveis inferiores aos do ano anterior, devido aos baixos valores acumulados de precipitação e também porque foi necessário efetuar regas que, num ano normal, não teriam ocorrido tão cedo.

A situação referente aos regadios individuais tende a normalizar, embora nos poços e nascentes, ainda não sejam claramente visíveis os efeitos das quedas pluviométricas, ultimamente verificadas.

Neste contexto, poderão igualmente surgir situações em que os agricultores não vão arriscar efetuar as suas sementeiras ou plantações, dadas as perspetivas de indisponibilidade de água para o efeito.

As culturas de regadio poderão também ser atingidas, quer por limitações introduzidas ao uso da água nos perímetros de rega, quer pelo esgotamento dos recursos hídricos em algumas zonas.

3.2 Região Centro

3.2.1 Prados, Pastagens e Culturas Forrageiras

A precipitação ocorrida em maio beneficiou o desenvolvimento dos prados, pastagens e culturas forrageiras, permitindo alguma recuperação, especialmente nas forrageiras. Apesar desta melhoria, registam-se quebras de produtividade em algumas zonas, nomeadamente, no Baixo Mondego, Pinhal Litoral, Dão Lafões e Campina e Campo Albicastrense.

Na Beira Serra e Campina e Campo Albicastrense, houve desvio de áreas de cereais para pastoreio direto.

3.2.2 Cereais de Outono/Inverno

Nos cereais de outono-inverno ocorreu uma franca recuperação no desenvolvimento vegetativo devido à precipitação das últimas semanas. Continua, no entanto, a

estimar-se uma quebra de produtividade face ao ano anterior. Na zona do Baixo Mondego, o trigo, inesperadamente começou a recuperar, apresentando algumas searas bom e regular desenvolvimento vegetativo e espigas bem formadas e cheias. No Pinhal Litoral, o trigo também recuperou, estando as espigas bem formadas.

Na Beira Serra (Beira Litoral) e na zona do Campo Albicastrense (Beira Interior) houve desvio de áreas de cereais destinados à produção de grão para pastoreio direto.

3.2.3 Culturas Permanentes

Nas culturas permanentes os efeitos da seca fizeram-se sentir nos citrinos nas zonas do interior da região Centro.

Estima-se uma quebra da produtividade nas variedades de cereja mais precoces da Cova da Beira, devido à pluviosidade ocorrida em abril. Verifica-se, neste início de campanha, um calibre mais pequeno nestas variedades precoces, sobretudo a Burlat.

Na vinha, há a reportar a situação na Beira Serra, onde a vinha teve problemas no desenvolvimento vegetativo (teve a pior "nasença" da década), havendo uma produtividade esperada inferior.

A rega nas pomóideas abrandou. É de destacar a situação na zona de Dão Lafões, onde prevê uma quebra de produção na ordem dos 50%, imputável essencialmente, não à seca mas às condições climatéricas observadas em abril, nomeadamente chuvas contínuas associadas a baixas temperaturas que levaram a um mau vingamento dos frutos, particularmente na variedade Bravo de Esmolfe.

3.2.4 Hortícolas

Na região Centro, na zona de Dão Lafões e Beira Serra verificou-se uma diminuição na superfície ocupada com batata de regadio e no Pinhal registou-se um ligeiro aumento.

A diminuição da área de batata de sequeiro foi mais acentuada na Beira Serra, Alto Mondego e Cova da Beira. Prosseguiu a colheita da batata de sequeiro. A produtividade não é tão baixa como de início se previu, devido às regas efetuadas e também à precipitação entretanto ocorrida. A quebra foi mais acentuada nas áreas onde não foi possível regar com frequência.

A diminuição da área ocupada com hortícolas foi visível apenas no Cimo e Riba Côa. Em relação às produtividades, faz-se realce para a variação negativa relativamente ao ano anterior nas zonas de Riba e Cimo Côa e para uma ligeira quebra na produção unitária registada na Cova da Beira.

Prossegue a plantação do tomate para a indústria.

3.2.5 Consumo e Preços de Fatores de Produção

No que diz respeito a água e energia, os consumos aproximam-se dos necessários num ano normal. O consumo de água continua ligeiramente acima do normal nas pomóideas e prunóideas na Cova da Beira.

O consumo de alimentos concentrados e rações na alimentação de bovinos, ovinos e caprinos, aumentou cerca de 2 a 35% face à quinzena anterior. Em algumas explorações de bovinos de leite, nomeadamente na zona de Campina e Campo Albicastrense, houve diminuição do consumo diário de silagem, de modo a que a quantidade em armazém seja equitativamente repartida, até nova produção. Na zona do Pinhal Litoral, a recuperação das pastagens permitiu que houvesse menor necessidade de utilização feno e palha nos ovinos de carne. No Baixo Mondego, no sistema intensivo de bovinos de carne, o aumento da disponibilidade de matéria verde permitiu diminuir o consumo de alimentos comprados.

Mantêm-se os preços mais elevados relativamente ao início do ano agrícola, no que diz respeito a fenos e palhas para alimentação de bovinos, ovinos e caprinos em várias zonas da região centro, com maior expressão na Beira Serra.

3.3 Lisboa e Vale do Tejo

3.3.1 Prados, Pastagens e Culturas Forrageiras

A precipitação ocorrida durante a 2ª quinzena de maio tem permitido a recuperação das culturas instaladas, que se apresentam com um melhor aspeto, próximo do que seria normal para a época. O aumento da produção de massa verde contribuiu para a alimentação animal, permitindo reduzir os encargos com a aquisição de alimentos grosseiros e concentrados provenientes do exterior.

3.3.2 Cereais de Outono/Inverno

A precipitação ocorrida mais recentemente trouxe, em casos pontuais, alguns benefícios, mas revelou-se insuficiente para alterar as previsões de quebra da produtividade. Existem alguns produtores que permitiram que as suas searas fossem pastoreadas, facto que contribui ainda mais para acentuar os níveis de quebra de produção.

3.3.3 Sementeiras de Primavera

As sementeiras de primavera, embora com algum atraso, decorrem com normalidade. A precipitação caída nesta quinzena e a subida das temperaturas foram benéficas.

3.3.4 Hortícolas

A precipitação foi favorável ao desenvolvimento vegetativo da batata de sequeiro, no entanto, o seu estado apresenta-se muito irregular. Em algumas plantações existem falhas abundantes, sobretudo no Oeste, nas restantes, as plantações apresentam bom desenvolvimento vegetativo. Redução de área em relação ao quinquénio.

As sementeiras da batata de regadio, grão-de-bico, feijão e tomate para a indústria, sofreram um ligeiro atraso, mas continuam a decorrer com normalidade. A precipitação e a subida das temperaturas foram benéficas à sua evolução. Estas culturas apresentam, de um modo geral, bom aspeto vegetativo.

3.3.5 Culturas Permanentes

O estado de dormência vegetativa destas culturas defendeu-as das condições meteorológicas anormais e adversas de seca, pelo que não foram gravemente atingidas pela ausência de precipitação, apesar das temperaturas médias elevadas terem provocado a antecipação da floração.

A recente precipitação contribuiu para a normalização do estado vegetativo das vinhas, pomares e olivais, não se prevendo alteração significativa das produtividades.

O aspeto e o desenvolvimento vegetativo dos pomares de citrinos podem-se considerar normais, assim como a qualidade da produção, em especial nos que são

regados. Nas cultivares reflorescentes verifica-se uma diminuição do vingamento dos frutos.

As pomóideas encontram-se na fase de vingamento dos frutos, sendo bom o seu estado vegetativo. A diminuição das temperaturas nesta fase conduziu a um menor número de frutos no caso das pereiras. Nas macieiras a situação é a de um ano considerado normal.

O desenvolvimento vegetativo das prunóideas é bom. Os pomares encontram-se na fase de vingamento e crescimento dos frutos. Na região do Oeste e da Grande Lisboa a floração ocorreu sem problemas, com o tempo seco e com temperaturas amenas, estando o vingamento dos frutos a evoluir bem. No Médio Tejo verifica-se um fraco vingamento dos frutos.

Na vinha, a rebentação está um pouco atrasada em relação a um ano normal, mas o aspeto vegetativo pode considerar-se normal. Em algumas zonas a rebentação é irregular.

O desenvolvimento vegetativo do olival pode-se considerar normal em toda a região, com exceção de algumas zonas da região de Santarém e Lezíria do Tejo e do Médio Tejo.

3.4 Alentejo

3.4.1 Prados, Pastagens e Culturas Forrageiras.

Beneficiando das precipitações ocorridas, os prados, pastagens e culturas forrageiras continuaram a ter um bom desenvolvimento vegetativo. Notou-se, no entanto, que os ventos fortes e as temperaturas elevadas estão a contribuir para um rápido retrocesso.

Na maioria das explorações agropecuárias existem já razoáveis condições de pastoreio, não se verificando necessidades de suplementação para além do normal.

Os trabalhos de fenação estão a decorrer com normalidade e os fenos já recolhidos são, de um modo geral, de má qualidade.

3.4.2 Cereais de Outono/Inverno

A precipitação ocorrida durante o mês de Abril e primeira semana de Maio tornaram possível uma acentuada recuperação no estado vegetativo das searas instaladas em solos de melhor aptidão. Nos solos mais pobres, como a precipitação ocorrida surgiu demasiado tarde, a sua recuperação foi praticamente nula. A maioria destas searas já se encontrava completamente desidratadas e sem hipótese de recuperação, quer para a produção de grão quer para a produção de palha.

De salientar que a precipitação criou condições favoráveis ao desenvolvimento de algumas infestantes que irão atrasar as colheitas e, conseqüentemente, diminuir as produtividades dessas searas.

3.4.3 Sementeiras de Primavera

As sementeiras de primavera decorreram com normalidade, verificando-se, no entanto, algum atraso na sua conclusão devido às condições adversas verificadas anteriormente.

As previsões apontam para uma quebra na área semeada de milho de regadio de cerca de 20%, comparativamente com o ano anterior. Esta redução da área está relacionada com as necessidades de rega *versus* as disponibilidades hídricas da atual campanha.

3.4.4 Hortícolas

A batata de sequeiro, cultura com pouca expressão na região, tendo sido afetada pelas condições meteorológicas. Esta cultura apresenta um aspeto vegetativo bastante razoável, no entanto, nas colheitas já efetuadas verifica-se que a qualidade dos tubérculos é inferior à do ano anterior. Prevê-se uma menor produção.

A área semeada de tomate para a indústria deverá ter uma quebra de 20%, face ao último ano, estando a diminuição de área relacionada com as necessidades de água para rega.

3.4.5 Culturas Permanentes

Verifica-se algum atraso no estado fenológico destas culturas e alguma irregularidade no seu desenvolvimento vegetativo, resultante sobretudo das baixas temperaturas que se fizeram sentir nos últimos meses, mas também do défice hídrico.

O olival encontra-se em plena floração e a vinha em formação de cachos.

As culturas apresentam um regular aspeto vegetativo, contudo, resultante sobretudo das geadas e das baixas temperaturas, existem algumas situações pontuais e localizadas de queima de ramos e folhagem em olivais e pomares de citrinos.

Nas pomóideas e prunóideas, os ventos fortes e as altas temperaturas para a época afetaram ligeiramente a floração e o vingamento de alguns frutos, não provocando no entanto prejuízos significativos.

Nas cerejeiras do Nordeste Alentejano verifica-se uma quebra de produtividade de aproximadamente 10%, face ao ano anterior, devido aos ventos fortes, baixas temperaturas para a época e a queda de granizo durante o passado mês de Abril.

3.4.6 Disponibilidade de Água - regadios privados e abeberamento

Nas barragens de grande e média dimensão, o volume de armazenamento de água existente não coloca em risco o abeberamento dos efetivos pecuários. Nas explorações que regaram as culturas de outono-inverno, o volume de água armazenado não deverá, nesta data, ser suficiente para toda a campanha de regadio de primavera/verão.

Nas barragens de pequena dimensão e charcas, praticamente não existiu reposição de água e as perdas são consideráveis (evaporação e infiltração). As suas reservas foram utilizadas para a rega de culturas de outono-inverno e abeberamento de efetivos pecuários. As reservas estão praticamente esgotadas. As chuvas registadas nas últimas semanas não alteraram a situação.

3.5 Algarve

3.5.1 Prados, Pastagens e Culturas Forrageiras

A precipitação ocorrida no mês de maio, não foi suficiente para o desenvolvimento e manutenção de um bom estado vegetativo dos prados e pastagens pois, as temperaturas mais elevadas ocorridas na segunda semana do mês, aceleraram a desidratação e a secagem rápida da massa verde existente.

Muitos produtores já realizam o corte das forragens que estavam destinadas a feno. Prossegue também o enfardamento e o armazenamento dos fardos. Mantêm-se as quebras significativas na produtividade destas culturas, comparativamente com o ano anterior.

As pastagens pobres e as melhoradas, embora não muito abundantes, têm vindo a atenuar as necessidades alimentares dos animais que se encontram em regime de pastoreio. A vegetação herbácea é determinante no contributo para a autossuficiência alimentar dos animais que efetuam pastoreio e, como não ocorreu precipitação relevante no presente mês, prevê-se um rápido esgotamento desses recursos, principalmente nos locais em que a taxa de encabeçamento por hectare é mais elevada e nas explorações com áreas mais reduzidas.

As disponibilidades forrageiras continuam insuficientes para os efetivos pecuários existentes, no entanto, registou-se um abrandamento no consumo de alimentos comprados, sobretudo palhas e rações industriais, devendo-se tal facto ao pastoreio de restolhos de forragens semeadas que foram ceifadas, assim como de cereais que foram utilizados para feno.

3.5.2 Cereais de Outono/Inverno

Mantém-se a previsão de quebra de produtividade em todos os cereais praganosos. As condições meteorológicas, nomeadamente a precipitação, responsáveis pela evolução positiva no seu desenvolvimento vegetativo no final de abril, alteraram-se bruscamente em maio, quando ocorreram temperaturas elevadas, ventos fortes e ausência de precipitação no final do mês. Estas condições meteorológicas contribuíram

para a desidratação e secagem rápida de grande parte das searas de trigo. Houve muitas situações em que o grão não chegou a atingir o tamanho desejado, pelo que alguns produtores optaram por ceifar e enfardar o trigo para feno. As searas mais avançadas, sobretudo no Centro e no Barlavento, revelam, apesar de tudo, algumas potencialidades produtivas em termos de grão e de palha, embora com quebras de produtividade relevantes. No Sotavento há muitas situações irreversíveis ao nível da produção de cereais praganosos.

As searas de aveia encontram-se prontas para serem ceifadas. Algumas que estavam destinadas inicialmente para a produção de grão, vão ser desviadas para a produção de feno.

Algumas searas de cevada têm um bom aspeto vegetativo, no entanto ainda não têm o grão bem formado, pelo que, a quebra de produtividade deverá ser significativa.

3.5.3 Culturas de Primavera/Verão

Em relação ao ano agrícola anterior, estas culturas apresentam as variações que se seguem.

Milho de sequeiro: Desenvolvimento vegetativo débil, devido à fraca precipitação, estimando-se decréscimos de áreas de 40% no Barlavento e Centro e 45% no Sotavento.

As áreas semeadas com milho de regadio diminuíram 20% no Barlavento, 40% no Centro e 25% no Sotavento. A maior quebra deu-se na zona Centro, pois, em áreas onde tradicionalmente se fazia milho, este ano semeou-se trigo.

Arroz: A sementeira está praticamente concluída, prevendo-se áreas semelhantes à do ano anterior.

No melão verifica-se uma redução na área de sementeira de 20 % no Barlavento e 15% no Centro e Sotavento.

Batata de regadio: Prevê-se um aumento de cerca de 20 a 25% da área semeada. As produtividades da batata nova deverão ser semelhantes às de um ano normal. A batata que foi semeada mais tarde apresenta um excelente aspeto vegetativo e indicia

boas produtividades. Ainda ocorreram sementeiras, sobretudo no Barlavento, de pequenas áreas de batata de conservação.

Batata de sequeiro: A sua área foi cerca de 10% inferior, tendo uma parte significativa da mesma sido queimada por geadas. Prossegue a colheita da batata primor, a qual sofreu quebras significativas de produção.

3.5.4 Culturas Permanentes

O olival apresenta um desenvolvimento vegetativo normal para esta época do ano. A fase da floração encontra-se terminada.

Nos pomares de citrinos as dotações de rega são significativas. Continuam a efetuar-se as adubações necessárias à manutenção das plantas. Os calibres das variedades mais tardias não atingiram o tamanho desejado. A colheita das cultivares Lanelate e Encore encontra-se praticamente concluída. Iniciou-se a colheita da laranja Valência Late e de outras variedades tardias. Nos pomares de Encore, Valencia Late e D. João que foram afetados pelas geadas, a fruta queimada acabou por cair, ficando ainda a restante com alguma qualidade. Nos pomares que não foram atingidos, as produtividades deverão ser razoáveis ou mesmo normais.

Amendoal: Desenvolvimento vegetativo normal. Os frutos já apresentam um bom calibre, aproximando-se do seu tamanho final. Perspetiva-se um ano com diminuição de produtividades na ordem de 5 a 10% para toda a região, não sendo as produções melhores devido ao facto da maioria dos pomares estarem na generalidade bastante envelhecidos.

O alfarrobal apresenta frutos de tamanho grado, embora não tenha havido água disponível em quantidade suficiente para satisfazer as necessidades das plantas. Em termos produtivos, o comportamento das árvores é muito heterogéneo, umas com uma produção razoável e outras com fraca produção. Prevê-se uma quebra na produção na ordem dos 30 a 40%, devido fundamentalmente aos efeitos da seca.

O figueiral apresenta folhagem intensa revelando um bom desenvolvimento vegetativo. Nas cultivares mais tardias existem poucos frutos vingados.

3.5.5 Consumo e Preços de Fatores de Produção

As transações de palhas compradas diminuíram consideravelmente e são agora de proveniência nacional. Houve uma diminuição dos preços, tendo sido reportados valores médios na ordem de 2,5 a 3 euros por fardo de 16/18kg.

São principalmente os produtores pecuários de bovinos que têm maior necessidade de adquirir alimentos conservados e concentrados, sobretudo quando não dispõem de pastagens que forneçam matéria verde em quantidade suficiente para as necessidades alimentares dos efetivos animais.

3.5.6 Recursos Hídricos

Mantém-se a situação da primeira quinzena. Ao nível das barragens privadas de grande, média e pequena dimensão, continua a haver água armazenada suficiente para as necessidades de abeberamento dos efetivos animais. No entanto, a não reposição de água devido à fraca precipitação registada, leva a que os produtores estejam a exercer uma gestão de água mais apertada, que passa pelo racionamento do seu consumos e pela diminuição de algumas áreas de sementeira de culturas temporárias.

Ao nível dos furos e dos poços continua a haver água em quantidade suficiente para as necessidades de abeberamento dos animais e para as culturas permanentes e temporárias.

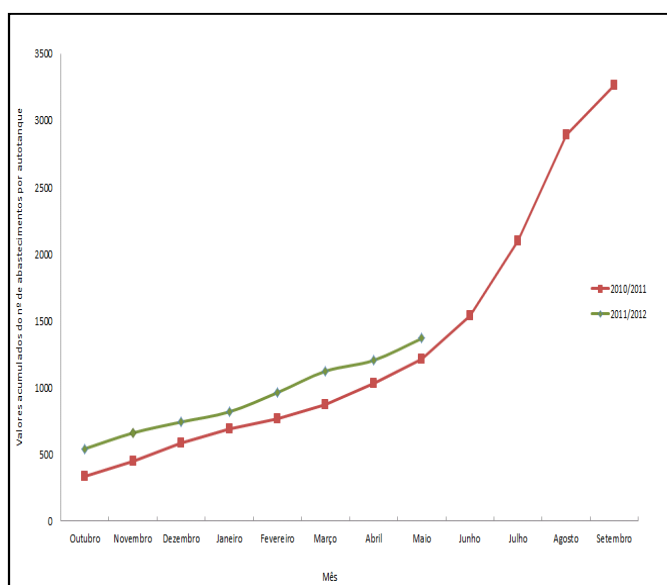
5. ABASTECIMENTOS DE POPULAÇÕES POR AUTOTANQUE

5.1 Número de abastecimentos alternativos de água para consumo humano

Em termos estatísticos estas intervenções, efetuadas tipicamente por corpos de bombeiros, permanecem com um comportamento relativamente regular face ao observado em outros anos, o que leva a se poder inferir que a atual situação de seca permanece exclusivamente no foro agrícola.

A figura seguinte representa um comparativo entre os anos hidrológicos 2010/2011 e 2011/2012 para o total acumulado do número de abastecimentos a populações por autotanque desde o início do ano hidrológico, onde se observam comportamentos análogos de ambos os registos, com uma ligeira anomalia positiva para o presente ano hidrológico, mas sem significado estatístico aparente dada a variabilidade em causa ser inferior a 10%. Não é credível que a curto prazo exista uma transformação significativa no atual cenário, pelo que se continua a não prever, para este ano hidrológico, um cenário de seca para além da componente agrícola.

Valores acumulados de abastecimentos a populações por autotanque até 31 de maio

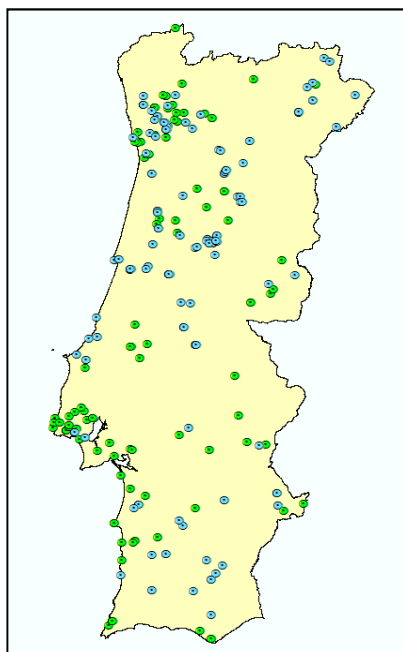


Fonte: Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC)

5.2 Distribuição espacial dos abastecimentos alternativos de água para consumo humano

Em termos de distribuição espacial, de 1 a 31 de maio, destaca-se uma clivagem entre a primeira e a segunda quinzena. Na primeira ocorreu um maior número de abastecimentos por autotanque nas regiões litorais, indiciando uma tendência provavelmente potenciada mais por situações correntes de exploração e menos por indisponibilidades hídricas. Na segunda a distribuição foi alargada ao interior do país, em linha com os valores de precipitação aí observados, que foram menos expressivos quando comparados com o mês de abril, potenciando uma diminuição das disponibilidades hídricas, variação negativa que é tipicamente mais sentida em sistemas locais de abastecimento, geralmente em áreas de densidade populacional mais reduzida.

Distribuição espacial de abastecimentos por autotanque no mês de maio



Fonte: Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC)

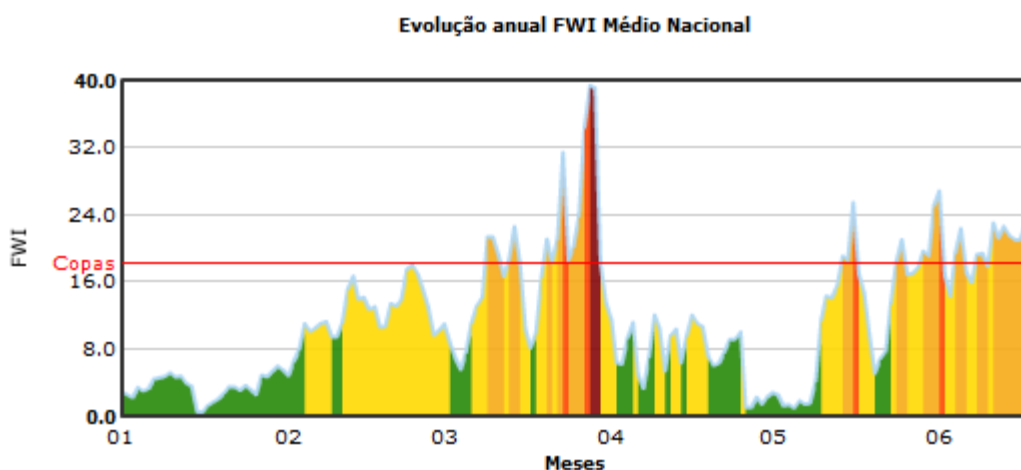
1ª quinzena (verde); 2ª quinzena (azul)

6. INCÊNDIOS FLORESTAIS

De acordo com o Instituto de Meteorologia o mês de maio, em Portugal Continental, foi um mês quente com um desvio da temperatura máxima na ordem de + 2.28°C em relação ao normal. No período de 9 a 17 de maio há registo de uma onda de calor em especial na região do interior.

A precipitação em Portugal Continental no mês de maio atingiu os 73,2mm, ou seja é um valor próximo dos valores normais 1971-2000 (71,2mm) em quase todo o território continental, à exceção de algumas regiões do norte, na Beira Baixa e nas regiões de Lisboa e Setúbal onde o mês pode ser considerado como chuvoso.

Relativamente ao índice meteorológico de risco de incêndio (FWI) verificou-se um agravamento sensivelmente no meio do mês de maio e nos primeiros dias de junho, atingindo-se valores de FWI com capacidade para ocorrerem fogos de copas.



Fonte: AFN

As condições meteorológicas têm uma relação muito direta com o número de ocorrências. A população portuguesa tem, hoje em dia, uma consciência já alta sobre a importância dos incêndios florestais e seus impactos, no entanto existem ainda claras deficiências na adequação das suas práticas às situações meteorológicas. Em Portugal as causas estão entre 98% a 99% relacionadas com atividades e comportamentos

humanos, mas enquanto numa situação meteorológica favorável estas atividades não dão origem a incêndios, nas situações meteorológicas mais desfavoráveis, estas resultam frequentemente em incêndios florestais.

O Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios Florestais definiu como estratégia uma redefinição da atuação do combate permitindo uma efetiva melhoria na fase de ataque inicial e definiu também um objetivo: a redução do número de ocorrências.

É sabido que a forma de reduzir o número das ocorrências resulta numa adequação das campanhas de sensibilização à causalidade com uma associação efetiva da fiscalização. Portugal conseguiu nos últimos anos estabilizar uma campanha de sensibilização “Portugal sem fogos depende de todos” em que o objetivo se centrou num conjunto de mensagens que permitiram incidir sobre as seguintes ações:

- Não fume em espaços florestais
- Não deite foguetes
- Não faça fogueiras

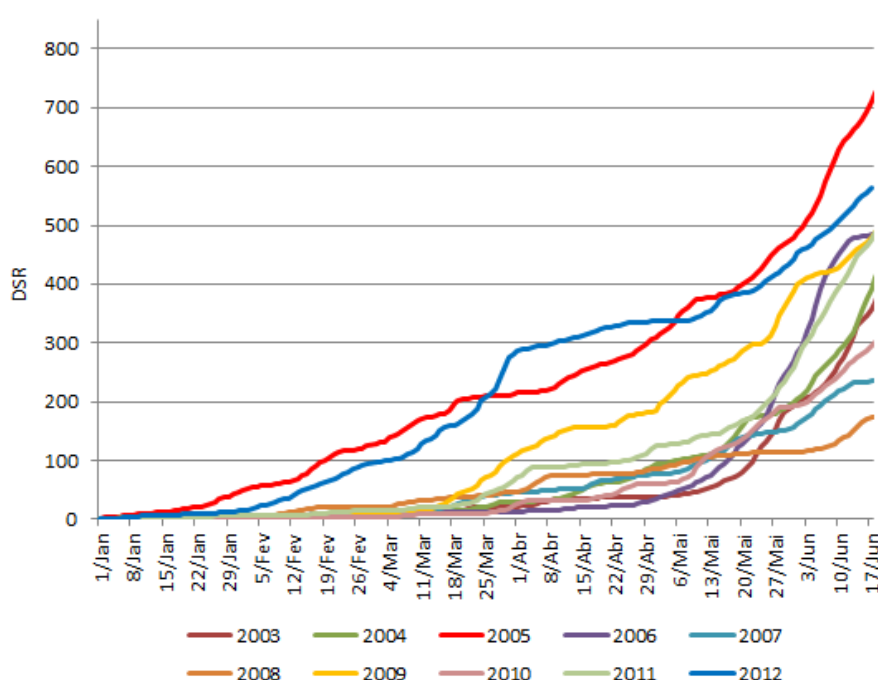
Existe, no entanto, uma dificuldade clara nas situações em que se deve permitir um conjunto de actividades, mas apenas sob determinadas condições físicas e/ou meteorológicas, representando hoje em dia estas situações um número significativo das causas dos incêndios de origem humana negligente.

Neste sentido, está a decorrer uma reformulação do plano de sensibilização em que se pretende manter o mesmo *slogan* “Portugal sem fogos depende de todos”. Sobre este grande chapéu é desenvolvida uma nova proposta de mensagem prioritária para o ano de 2012, onde se passa a clarificar o conceito de queima e de queimada, quais as condicionantes que impedem a sua execução e quais as situações em que é permitido executá-las em segurança.

Por outro lado têm ocorrido reformulações em termos legislativos que agravam o quadro penal no caso de incêndio florestal garantindo uma maior força às ações de fiscalização.

No que diz respeito à investigação das causas tem existido um incremento significativo desta atividade, o que nos permite adequar especialmente as campanhas de sensibilização já que a alteração de comportamentos não é uniforme ao longo de todo o país.

Os dados meteorológicos comparativos da última década mostram o ano de 2012 como o segundo mais severo dos últimos dez anos precedido pelo ano de 2005, de acordo com a análise do índice de Severidade Diário (DSR).



Fonte: AFN

Analisando as ocorrências e as respetivas áreas ardidas entre 2002 e 2012 no período de 1 de janeiro a 15 de junho verifica-se que o ano de 2012 regista um número de ocorrências 2 vezes superior ao valor médio do último decénio e o total da área ardida supera quase 4 vezes a média dos dez anos.

ANO	Nº ocorrências			Área Ardida (ha)		
	Incêndios	Fogachos	Total	Povoamentos	Matos	Total
2002	1.113	3.795	4.908	2.237	3.013	5.250
2003	930	3.937	4.867	3.937	2.482	6.419
2004	1.077	3.971	5.048	5.195	3.164	8.359
2005	2.533	8.155	10.688	9.596	11.000	20.596
2006	802	4.255	5.057	4.677	4.052	8.729
2007	365	2.558	2.923	443	901	1.344
2008	863	3.138	4.001	1.234	3.090	4.324
2009	2.220	5.857	8.077	5.559	13.754	19.313
2010	410	1.959	2.369	752	2.162	2.914
2011	914	3.621	4.535	1.980	5.515	7.495
2012*	2.707	8.030	10.737	13.637	20.498	34.135
Média decénio (2002-2011)	1.123	4.125	5.247	3.561	4.913	8.474
2012 - Nº vezes superior à média	2,4	1,9	2,0	3,8	4,2	4

Fonte: SGIF

*dados provisórios

Distrito	Nº ocorrências			Área Ardida (ha)		
	Incêndios	Fogachos	Total	Povoamentos	Matos	Total
Aveiro	104	908	1.012	639	223	862
Beja	7	26	33	25	10	35
Braga	416	909	1.325	3.915	3.853	7.768
Bragança	330	271	601	961	4.878	5.839
Castelo Branco	21	166	187	392	177	569
Coimbra	43	328	371	1.889	203	2.092
Évora	5	23	28	16	6	22
Faro	27	303	330	9	50	59
Guarda	227	125	352	807	2.389	3.196
Leiria	35	183	218	58	103	161
Lisboa	83	323	406	82	222	304
Portalegre	8	40	48	10	15	25
Porto	245	1.864	2.109	1.114	942	2.056
Santarém	23	267	290	186	68	254
Setúbal	13	254	267	113	19	132
Viana do Castelo	296	479	775	729	2.018	2.747
Vila Real	485	625	1.110	1.478	2.571	4.049
Viseu	339	936	1.275	1.214	2.751	3.965
Total	2.707	8.030	10.737	13.637	20.498	34.135

Fonte: SGIF

Dados provisórios

Em termos distritais são preocupantes as situações que estão a ocorrer essencialmente nos distritos de Braga, Bragança, Guarda, Vila Real e Viseu, no que concerne à área ardida.

Nº Ocorrências							
	Classes de área (ha)						
Ano	<1	[1-10[	[10-50[	[50-100[	[100-500[	[500-1000[	>=1000
2002	3.795	1.036	61	14	2	0	0
2003	3.937	833	78	9	9	1	0
2004	3.971	983	68	14	9	2	1
2005	8.155	2.289	181	36	22	5	0
2006	4.255	728	51	7	15	0	1
2007	2.558	348	15	2	0	0	0
2008	3.138	782	71	7	3	0	0
2009	5.857	1.942	207	46	22	3	0
2010	1.959	363	42	3	1	1	0
2011	3.621	802	91	14	7	0	0
2012*	8.030	2.222	370	57	54	3	1
Média decénio (2002-2011)	4.125	1.011	87	15	9	1	0
2012 - nº vezes superior à média	1,9	2,2	4,3	3,8	6,0	3,0	-

Fonte: SGIF

*Dados provisórios

Área Ardida							
	Classes de área (ha)						
Ano	<1	[1-10[	[10-50[	[50-100[	[100-500[	[500-1000[	>=1000
2002	494	2.309	1.329	805	313	0	0
2003	495	1.885	1.528	681	1.195	635	0
2004	478	2.228	1.306	877	962	1.437	1.071
2005	931	5.265	3.995	2.406	5.447	2.552	0
2006	385	1.541	1.084	451	2.731	0	2.537
2007	213	776	227	126	0	0	0
2008	332	1.901	1.284	486	321	0	0
2009	731	5.063	4.142	3.032	4.363	1.982	0
2010	245	983	801	224	126	535	0
2011	524	2.205	1.980	1.004	1.782	0	0
2012*	986	6.569	7.676	3.688	10.795	2.711	1.710
Média decénio (2002-2011)	483	2.416	1.768	1.009	1.724	714	361
2012 - nº vezes superior á média	2,0	2,7	4,3	3,7	6,3	3,8	4,7

Fonte: SGIF *Dados provisórios

7. MEDIDAS PARA ATENUAR OS EFEITOS DA SECA

7.1 Apresentação

Apresenta-se, em Anexo, o ponto de situação das medidas tomadas para atenuar os efeitos da seca.

Esta apresentação encontra-se no sítio da internet do GPP, que está em permanente atualização, procurando expor-se informação detalhada sobre todas as medidas tomadas pelo MAMAOT. As orientações mais específicas para as candidaturas encontram-se nos sítios da Internet dos organismos diretamente responsáveis.

7.2 Divulgação

Para além da disponibilização de informação geral na página de internet do GPP e de informação mais detalhada nas páginas dos organismos responsáveis por cada medida, tem-se contado com o apoio das Confederações e Associações de agricultores na sua divulgação.

A Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), enquanto entidade representada na Comissão de Acompanhamento, Monitorização e Prevenção da Seca, está a prestar apoio ao MAMAOT na disseminação das medidas adotadas.

As propostas apresentadas pela ANMP às autarquias foram:

- 1 - Anunciar as medidas de apoio na página da internet do município;
2. Estabelecer um link para a página do Gabinete de Planeamento e Políticas do MAMAOT (www.gpp.pt);
3. Disseminar a informação junto das Juntas de Freguesia da área do Município;
4. Divulgar um edital (que se anexa);

5. Criar um canal de comunicação entre o Município e a Comissão de Acompanhamento, Monitorização e Prevenção da Seca (gtseca2012@gpp.pt), para onde devem ser dirigidos os pedidos de esclarecimento recebidos.

As Direções Regionais de Agricultura e Pescas também têm organizado sessões de esclarecimento público.

ANEXOS

Variação da Área Semeada

(%)

Culturas	NORTE	CENTRO	LVT	ALENTEJO	ALGARVE
Culturas forrageiras ⁽¹⁾	-2	-5 a +35	-21 a -8	0	0
Prados temporários ⁽¹⁾		-15 a -5	-3	0	0
Pastagens permanentes ⁽¹⁾		-5		0	0
Cereais outono/inverno:					
Trigo mole	-14	-45 a +5	-39	-39	-2
Trigo duro		-20 a -10	-78	-48	0
Triticale		-30 a -10	-23	-13	+20
Aveia	-8	-45 a +5	-88	-2	-63
Centeio	-13	-45 a -5	-64	-29	-64
Cevada	-32	-45 a -5	-64	-61	-33
Cereais primavera/verão:					
Milho sequeiro	-14		-13		
Milho regadio			+20	+11	
Arroz			+27	0	
Girassol			-39	+7	
Batata:					
Batata sequeiro	-7	-80 a +10	-47	-91	-63
Batata regadio	-7	-30 a +20	+4	-69	-24
Hortícolas ar livre ⁽¹⁾	-20	-10 a -5			
Favas				-20	+7
Ervilhas				-20	-27
Feijão				-23	
Melão			-9	+3	
Tomate para indústria			+1	-48	
Hortícolas Estufa ⁽¹⁾					

Fonte: Direções Regionais de Agricultura e Pescas (DRAP)

Nota: Variação % em relação ao valor médio do quinquénio 2006/07 a 2010/11, retirando para o cálculo da média o melhor e o pior ano

⁽¹⁾ Variação em relação ao ano anterior 2010/2011

Variação da Produtividade

(%)

Culturas	NORTE	CENTRO	LVT	ALENTEJO	ALGARVE
Culturas forrageiras ⁽¹⁾	-20 a -30	-10 a -65	-30 a -10	-40	-45 a -53
Prados temporários ⁽¹⁾	-35	-15 a -55	-9	-40	-60 a -70
Pastagens permanentes ⁽¹⁾	-35	-10 a -70		-60	-65 a -75
Cereais Outono/Inverno:					
Trigo mole	-36	-15 a -50	-63	-37	-50 a -52
Trigo duro		-20 a -45	-65	-36	-50 a -52
Triticale		-20 a -45	-54	-40	-50 a -52
Aveia	-31	-20 a -50	-37	-39	-45 a -47
Centeio	-27	-20 a -50	-19	-68	-45 a -47
Cevada	-35	-20 a -50	-41	-38	-50 a -52
Batata:					
Batata sequeiro	-5	-40 a -10	-32	-13	-40 a -55
Batata regadio		-5	+56		-5
Hortícolas ar livre ⁽¹⁾	-25	-5			
Favas				-80	-50 a -60
Ervilhas				-80	-50 a -60
Hortícolas Estufa ⁽¹⁾	-15				
Culturas Permanentes					
Citrinos	-26	-30 a -10	+6 a +15		-15 a -10
Uva de mesa	-9	-50 a -10	-31	-4	-10 a -15
Prunóideas					-5 a -10
Pessegueiro	-9	-20	-36	0	
Cerejal	-24	-20	+18	0	
Pomóideas		-10 a +10			-5 a -10
Amendoal		-5			-10
Alfarrobal					-30 a -40
Figueiral					-5 a -10
Subtropicais					-10 a -20

Fonte: Direções Regionais de Agricultura e Pescas (DRAP)

Nota: Variação % em relação ao valor médio do quinquénio 2006/07 a 2010/11, retirando para o cálculo da média o melhor e o pior ano

(1) Variação em relação ao ano anterior 2010/2011

MEDIDAS PARA MINIMIZAR OS EFEITOS NEGATIVOS DA SECA

(Em permanente atualização no sítio do GPP)

Medidas de Derrogação Administrativa

Modo de Produção Biológico (MPB)

1. Autorização temporária de utilização de alimentos convencionais para animais

Descrição	Ponto Situação	Período Vigência
Autorização temporária de utilização de alimentos convencionais na alimentação de ruminantes em Modo de Produção Biológico, mediante solicitação do produtor ao Organismo de Controlo, devidamente fundamentado, em formulário próprio.	Em vigor Aviso n.º4779/2012, do GPP, D.R. 2ª série, 29 de março Comunicação à CE	Aplicação ao território nacional por um período de duração máxima de 10 meses, com efeitos retroativos a 1 de fevereiro

Produção Integrada (PRODI)

1. Derrogação temporária de normas para alimentação animal

Descrição	Ponto Situação	Período Vigência
Derrogação temporária de algumas normas para alimentação animal em Modo de Produção Integrada (PRODI), mediante requerimento dos interessados, não pondo em causa os princípios gerais deste modo de produção.	Em vigor Despacho DGAV de 23/03/2012	Transitoriamente até 31 dezembro de 2012

2. Derrogação temporária de utilização de produtos fitofarmacêuticos

Descrição	Ponto Situação	Período Vigência
Derrogação temporária da proibição de utilização de produtos fitofarmacêuticos para controlo de infestantes /pragas/doenças em agricultura em Modo de Produção Integrada (PRODI) mediante pedido de autorização devidamente fundamentado, formulado pelo produtor.	Em vigor Comunicado da DGADR	Durante período de ocorrência de seca

Regime de Pagamento Único (RPU)

Flexibilização da gestão de pagamentos diretos - prémios animais:

1. Diminuições temporárias dos efetivos pecuários

Descrição	Ponto Situação	Período Vigência
Flexibilização da gestão de pagamentos diretos ligados à produção (prémios animais): Não penalização por subutilização de direitos ao prémio por ovelha e cabra e ao prémio à vaca aleitante (para 2012 a utilização mínima de direitos é de 70%), o que implicaria a perda dos direitos não utilizados para a Reserva Nacional.	Em vigor Despacho Normativo nº. 8/2012 do MAMAOT de 30/03/2012 D.R. 2ª série nº. 12 de 11 de abril	A título excecional, prémios de 2012

2. Períodos mínimos de retenção dos animais nas explorações

Descrição	Ponto Situação	Período Vigência
Flexibilização da gestão de pagamentos diretos ligados à produção (prémios animais): Flexibilização das obrigações de cumprimento de períodos mínimos de retenção dos animais nas explorações. Retenção vacas em aleitamento - 5 meses em vez de 6, a partir de 1 de fevereiro Retenção ovelhas e cabras – 80 dias em vez de 100, a partir de 30 de abril	Em vigor Aprovado em Comité de Gestão de Pagamentos Diretos Em 30 de maio	Aplicável às candidaturas de 2012

Programa de Desenvolvimento Rural (PRODER)

1. Medida n.º 2.1 - "Manutenção da atividade agrícola em Zonas Desfavorecidas" - Áreas de pousio

Descrição	Ponto Situação	Período Vigência
Medida n.º 2.1 - "Manutenção da Atividade Agrícola em Zonas Desfavorecidas", do PRODER - Suspensão sobre o limite que impende sobre a elegibilidade das Áreas de Pousio.	Em vigor Portaria 104/2012 do MAMAOT de 30 de março, DR n.º 76, 1ª série de 17 de abril	Durante a atual campanha agrícola (01 outubro de 2011 a 30 setembro de 2012)

2. Ação n.º 2.2.1 - "Alteração dos Modos de Produção Agrícola" - Tabela de produção de referência

Descrição	Ponto Situação	Período Vigência
Medida n.º 2.2 MAA - "Valorização de Modos de Produção", Ação n.º 2.2.1 - "Alteração de Modos de Produção Agrícola", do PRODER - Suspensão da obrigação de comercializar a produção obtida de acordo com os valores da tabela de referência divulgada no sítio do PRODER. Nas áreas semeadas de cereais que não são colhidas devido à seca, é possível o seu pastoreio, desde que não sejam ultrapassados os níveis de encabeçamento previstos na regulamentação em vigor e que não seja colocado em risco o cumprimento dos restantes compromissos assumidos no âmbito da ação em causa.	Em vigor Portaria 104/2012 do MAMAOT de 30 de março, DR n.º 76, 1ª série de 17 de abril	Durante a atual campanha agrícola (01 outubro de 2011 a 30 setembro de 2012)

3. Ação n.º 2.2.2 - "Proteção da Biodiversidade Doméstica" - Cabeças normais

Descrição	Ponto Situação	Período Vigência
Medida n.º 2.2 MAA - "Valorização de Modos de Produção", Ação n.º 2.2.2 - "Proteção da Biodiversidade Doméstica", do PRODER - Não aplicação de sanções por incumprimento do dever de manter o número de cabeças normais inicialmente declaradas.	Em vigor Portaria 104/2012 do MAMAOT de 30 de março, DR n.º 76, 1ª série de 17 de abril	Durante a atual campanha agrícola (01 outubro de 2011 a 30 setembro de 2012)

4. Ação n.º 2.3.2 - "Ordenamento e Recuperação de Povoamentos" - Densidades

Descrição	Ponto Situação	Período Vigência
Ação n.º 2.3.2 - "Ordenamento e Recuperação de Povoamentos", do PRODER - Não aplicação de sanções por incumprimento das Densidades previstas nos Planos de Gestão Florestal, por operações de florestação ou de reflorestação.	Em vigor Portaria 104/2012 do MAMAOT de 30 de março, DR n.º 76, 1ª série de 17 de abril	Durante a atual campanha agrícola (01 outubro de 2011 a 30 setembro de 2012)

5. Medida n.º 2.4 - "Intervenções Territoriais Integradas" - Encabeçamentos

Descrição	Ponto Situação	Período Vigência
Medida n.º 2.4 - "Intervenções Territoriais Integradas" - Não aplicação de sanções por incumprimento dos encabeçamentos mínimos.	Em vigor Portaria 104/2012 do MAMAOT de 30 de março, DR n.º 76, 1ª série de 17 de abril	Durante a atual campanha agrícola (01 outubro de 2011 a 30 setembro de 2012)

6. Medida n.º 2.4 - "Intervenções Territoriais Integradas" - Ajustamentos pontuais de compromissos

Descrição	Ponto Situação	Período Vigência
Medida n.º 2.4 - "Intervenções Territoriais Integradas" - As Estruturas Locais de Apoio podem definir orientações e autorizar ajustamentos de compromissos mediante a análise das situações concretas e a evolução da situação climática.	Em vigor Portaria 104/2012 do MAMAOT de 30 de março, DR n.º 76, 1ª série de 17 de abril	Durante a atual campanha agrícola (01 outubro de 2011 a 30 setembro de 2012)

Outras

Áreas de Florestação de Terras Agrícolas - Pastoreio

Descrição	Ponto Situação	Período Vigência
Consentir o pastoreio, que não apenas por gado ovino, nas Áreas de Intervenção de Projetos de Florestação de Terras Agrícolas (Reg. 2328/91, Reg. 2080/92 e RURIS-FTA), mediante a verificação de determinadas condições (altura do povoamento, fase de desenvolvimento, cumprimento do POG) e salvaguardando que esta atividade não é elegível para qualquer outro tipo de apoios.	Para os projetos RURIS-FTA já é admissível o pastoreio por gado ovino, para efeitos de controlo da vegetação espontânea, a partir do último prémio à manutenção. Os beneficiários responsabilizam-se pela manutenção e proteção dos povoamentos. Esta determinação pode ser extensível ao Reg. 2328/91 e Reg. 2080/92 Em curso alteração das portarias	Em contínuo

Áreas de Florestação de Terras Agrícolas - Adensamento

Descrição	Ponto Situação	Período Vigência
Prorrogação do prazo concedido para regularização dos projetos que não apresentavam as densidades mínimas legalmente previstas, por mais um ano _ Regulamento (CEE) nº 2080/92-, só a aplicar a projetos na Fase de Manutenção nas duas situações: Opção de não proceder à reposição da densidade pela forte probabilidade de insucesso devido à seca; Realização da retancharia, mas que vistoria subsequente efetuada pela entidade competente tenha confirmado insucesso devido a seca, havendo lugar, a título excecional, do pagamento do Prémio à Manutenção	Em vigor Comunicação, pelo IFAP, às DRAP dos procedimentos a adotar em sede de controlo	Campanha 2011-2012

Medidas Comunitárias de Antecipação do Pagamento e Outras

Regime de Pagamento Único (RPU)

1. Antecipação do Pagamento RPU 2012

Descrição	Ponto Situação	Período Vigência
Antecipação de apoios RPU 2012 - Pagamento de 50% do Pagamento Único 29/10 a 02/11/2012 (238 Meuro)	Pedido à CE por carta Sra. MAMAOT ao Comissário Ponto agendado para reunião CMA Habitualmente CE só toma decisão para votação em CG de julho ou agosto Aplicável depois dos controlos iniciados (adiantamento de um mês)	Aplicável às candidaturas de 2012

Ajudas Diretas

1. Antecipação do Pagamento dos Prémios Ovelha e Cabra 2012

Descrição	Ponto Situação	Período Vigência
Antecipação de apoios prémios animais 2012 - 50% do prémio por ovelha e cabra 29/10 a 02/11/2012 (14,5 Meuro prémio ovelha e cabra)	Pedido à CE por carta Sra. MAMAOT ao Comissário Habitualmente CE só toma decisão para votação em CG de julho ou agosto Aplicável depois dos controlos iniciados	Aplicável às candidaturas de 2012

2. Antecipação do Pagamento dos Prémios Vaca Aleitante 2012

Descrição	Ponto Situação	Período Vigência
Antecipação de apoios prémios animais 2012 - Aumentar de 60% para 80% o adiantamento do prémio à vaca em aleitamento 29/10 a 02/11/2012 [17,6 Meuro prémio vaca aleitante (acréscimo de 20%)]	Pedido à CE por carta Sra. MAMAOT ao Comissário Habitualmente CE só toma decisão para votação em CG de julho ou agosto Aplicável depois dos controlos iniciados	Aplicável às candidaturas 2012

Programa de Desenvolvimento Rural (PRODER)

1. Flexibilização de prazos, nas diferentes medidas PRODER, para realização dos investimentos

Descrição	Ponto Situação	Período Vigência
Os efeitos associados à seca constituem fundamento suficiente para a prorrogação do prazo de execução das componentes dos investimentos associadas a plantações de culturas permanentes e plantações florestais. De acordo com os procedimentos para a realização de investimentos (Orientações Técnicas Gerais nº 6 e 7, disponíveis no site do PRODER), o promotor pode pedir um adiamento do prazo para a realização de investimentos, desde que o respetivo pedido, apresentado no Módulo de Alterações do Balcão do Beneficiário, seja devidamente fundamentado e exista evidência clara de que o projeto vai ser executado.	Em vigor Informação no sítio do PRODER	Autoriza flexibilização dos prazos até, no máximo, 31/03/2015

2. Ação n.º 1.1.2 – “Apoio aos investimentos de pequena dimensão” - Prioridade equipamento rega e armazenamento de água

Descrição	Ponto Situação	Período Vigência
Ação n.º 1.1.2 - "Apoio aos investimentos de pequena dimensão", do PRODER Na hierarquização dos pedidos de apoio constituem 1ª prioridade os investimentos associados à captação, retenção, transporte e distribuição de água.	Em vigor Concurso aberto a 22 maio Informação no sítio do PRODER	Desde 1 janeiro de 2012, em contínuo

3. Manutenção da Atividade Agrícola em Zonas Desfavorecidas

Descrição	Ponto Situação	Período Vigência
Manutenção da Atividade Agrícola em Zonas Desfavorecidas 32, 819 Meuro	Efetuada Pagamento efetuado a 27/04/2012 (Anteriormente agendado para 28/05 a 01/06/2012)	Saldo 2011

4. Medidas Agro e Silvo Ambientais - Proteção da Biodiversidade Doméstica

Descrição	Ponto Situação	Período Vigência
Medidas Agro e Silvo Ambientais: Proteção da Biodiversidade Doméstica 1,7 Meuro	Efetinado Pagamento efetuado a 20/04/2012 (Anteriormente agendado para 25 a 29/06/2012)	Saldo 2011

5. Medidas Agro e Silvo Ambientais: Alteração dos Modos de Produção Agrícola; Conservação do Solo; Intervenções Territoriais Integradas

	Ponto Situação	Período Vigência
Medidas Agro e Silvo Ambientais: Alteração dos Modos de Produção Agrícola; Conservação do Solo; Intervenções Territoriais Integradas 13 Meuro	Pagamento de 28/05 a 01/06/2012 (Anteriormente agendado para 25 a 29/06/2012)	Saldo 2011

6. Manutenção da Atividade Agrícola em Zonas Desfavorecidas – Adiantamento de 70%

Descrição	Ponto Situação	Período Vigência
Manutenção da Atividade Agrícola em Zonas Desfavorecidas – Adiantamento de 70% 75 Meuro	Pagamento de 30/07 a 03/08/2012 (datas previsionais) (Anteriormente previsto para 24 a 28/09/2012) Em curso candidaturas	2012

7. Medidas Agro e Silvo Ambientais - Proteção da Biodiversidade Doméstica – Adiantamento de 70%

Descrição	Ponto Situação	Período Vigência
Medidas Agro e Silvo Ambientais: Proteção da Biodiversidade Doméstica – Adiantamento de 70% 2,6 Meuro	Pagamento de 29/10 a 02/11/2012 (datas previsionais) (Anteriormente previsto para 05 a 09/11/2012) Em curso candidaturas	2012

8. Medidas Agro e Silvo Ambientais: Alteração dos Modos de Produção Agrícola; Conservação do Solo; Intervenções Territoriais Integradas – Adiantamento de 70%

Descrição	Ponto Situação	Período Vigência
Medidas Agro e Silvo Ambientais: Alteração dos Modos de Produção Agrícola; Conservação do Solo; Intervenções Territoriais Integradas – Adiantamento de 70% 39 Meuro	Pagamento de 24 a 28/09/2012 (datas previsionais) (Anteriormente previsto para 19 a 23/11/2012) Em curso candidaturas	2012

Medidas de Caráter Nacional

Apoio à pecuária

1. Subvenção a Fundo Perdido aos Produtores Pecuários de Ruminantes

Descrição	Ponto Situação	Período Vigência
Ajuda Nacional aos produtores pecuários de ruminantes para compensar custos adicionais com alimentação por escassez de pastagem - ajuda forfetária - subvenção a fundo perdido. Montante total de 20 Meuro	Pagamento efetuado Despacho Normativo nº. 5/2012 de 04 de abril, DR, 2ª série nº. 71 de 10 de Abril Apresentação dos pedidos até 20 dias de calendário contados da entrada em vigor do diploma Despacho Normativo nº 13/2012 de 28 maio, DR nº 106, 2ª série de 31 de maio, que altera o Despacho Normativo nº5/2012 Condições de elegibilidade e forma de acesso disponíveis no sítio do IFAP	

2. Linha de Crédito para Alimentação Animal

Descrição	Ponto Situação	Período Vigência
Linha de Crédito para Alimentação Animal, com bonificação de juros Dirigida a operadores do setor de pecuária extensiva (bovinicultura, equinicultura, ovinicultura, caprinicultura e suinicultura) e apicultura. O montante de crédito poderá atingir 30 Meuro) Poderão ainda vir a aceder à presente linha de crédito operadores que exerçam outras atividades agrícolas, nos termos e condições a definir por portaria do MAMAOT O montante global do crédito (pecuária e outras atividades a definir) não poderá exceder 50 Meuro	Em vigor Decreto-lei nº 101/2012, de 05/04, DR nº92, 1ª série, de 11/05 Candidaturas até 30 de abril, prorrogadas posteriormente até 15 de junho Circular e formulário para crédito para alimentação animal disponíveis no sítio do IFAP	Prazo máximo de um ano, a contar da primeira utilização do crédito.

Redução de custos de produção

1. Ajuda à Eletricidade

Descrição	Ponto Situação	Período Vigência
Ajuda à eletricidade - compensar os custos de eletricidade utilizada na atividade agrícola e pecuária exercida diretamente nas explorações agrícolas e pecuárias. O valor da ajuda é equivalente a 40% do valor do consumo faturado, excluindo o IVA (5 Meuro)	Despacho em preparação	Período elegível: setembro 2011 a março de 2012

2. Isenção de Taxa de Recursos Hídricos

Descrição	Ponto Situação	Período Vigência
Taxa de Recursos Hídricos - isenção da taxa na agricultura Os utilizadores que já efetuaram o pagamento deverão solicitar a sua devolução à entidade que liquidou a TRH. Os restantes utilizadores irão receber comunicação das ARH anulando anterior nota de liquidação. (1,6 Meuro)	Em vigor Despacho MAMAOT nº. 4825/2012, publicado em DR nº. 69, 2ª série de 5 de abril Consultar sítio do INAG	Ano de 2011 (cujo pagamento se processa em 2012)

3. Apoio à distribuição de água para abeberamento de gado

Descrição	Ponto Situação	Período Vigência
Apoio aos agricultores ou às corporações de bombeiros para distribuição de água para abeberamento de gado	Em vigor na área de influência da EDIA	Durante período de ocorrência da seca

4. Redução do risco de incêndios florestais

Descrição	Ponto Situação	Período Vigência
Medidas de emergência de âmbito setorial Redução do risco de incêndios florestais em termos de prevenção, vigilância e combate	Declarar como período crítico de combate aos incêndios florestais o período entre 1 de julho e 30 de setembro	1 de julho a 30 de setembro

Simplificação Procedimentos

1. Anexação de parcelas para pastoreio

Descrição	Ponto Situação	Período Vigência
Possibilidade de determinadas parcelas aráveis enquadradas em explorações agrícolas sem animais, poderem vir a ser pastoreadas por animais de explorações pecuárias vizinhas ou próximas (Bovinos e Pequenos Ruminantes)	Em vigor Nota Informativa e Requerimento no sítio da DGAV	Até 31/12/2012

Âmbito fiscal e parafiscal

1. Imposto sobre o Rendimento – Pagamentos por Conta

Descrição	Ponto Situação	Período Vigência
Imposto sobre o Rendimento Concentração da totalidade dos pagamentos por conta: • Sujeitos passivos de IRS até ao dia 20 de dezembro • Sujeitos passivos de IRC até ao dia 15 de dezembro ou do 12º mês do respetivo período de tributação Que desenvolvam a título principal uma actividade agrícola, silvícola ou pecuária	Em vigor Lei 20/2012, publicado em DR nº. 93, 1ª série de 14 de maio Artigo 21º	2012

2. Redução temporária de pagamento de contribuições à Segurança Social

Descrição	Ponto Situação	Período Vigência
- Dispensa do pagamento de contribuições à segurança social a produtores agrícolas com exercício exclusivo de atividade e respetivos cônjuges que exerçam efetiva e regularmente atividade profissional na exploração. - Diferimento do prazo de pagamento de contribuições das entidades empregadoras relativamente aos seus trabalhadores que exerçam atividade agrícola nas explorações A dispensa ou o diferimento abrange explorações agrícolas e pecuárias que comprovem perdas de rendimento superior a 30%. (6 Meuro para a dispensa)	Em vigor Portaria 178-A/2012, publicado DR nº 106, 1ª série, de 31 de maio	maio a outubro de 2012

Edital



GOVERNO DE
PORTUGAL

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA,
DO MAR, DO AMBIENTE
E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

MEDIDAS PARA ATENUAR OS EFEITOS DA SECA



- O Ministério da Agricultura tem vindo a acompanhar os efeitos da seca na agricultura nacional
- Em comissão intergovernamental, têm sido identificadas as necessidades de intervenção
- Consulte as medidas adotadas em <http://www.gpp.pt/Seca2012/>
- Envie as suas dúvidas para GTseca2012@gpp.pt ou peça nesta autarquia apoio para o fazer



Com o apoio da

ASSOCIAÇÃO DOS
MUNICÍPIOS
PORTUGUESES